

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE) N.º 06/2010

Dispõe sobre o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física - PARFOR (*Campus* de Miracema).

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe, da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão no dia 12 de maio de 2010, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física - PARFOR, do *Campus* de Miracema.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Palmas, 12 de maio de 2010.

Prof. Alan Barbiero Presidente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA – PARFOR

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

MIRACEMA DO TOCANTINS - TO/2010



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA – PARFOR

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física na Modalidade PARFOR, da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Dr. Alan Kardec Martins Barbiero REITOR

Dr. José Expedito Cavalcante da Silva VICE-REITOR

José Pereira Guimarães Neto PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

> Dra. Isabel Cristina Auler Pereira PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Dr. Márcio Antônio da Silveira PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

MSc. Marluce Evangelista Carvalho Zacariotti PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, CULTURA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

> Dra.Valéria Gomes Momenté PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Msc. Rafael José de Oliveira PRÓ-REITORIA DE AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA

Comissão de Elaboração

Pré-projeto

Antônio Miranda de Oliveira José Oto Konzen Kleber de Lima Fialho

Projeto Pedagógico de Curso

Adriana Garcia Gonçalves Ana Corina Machado Spada Célia Maria Grandini Albiero Kalina Lígia Almeida Brito Andrade Vânia Maria de Araújo Passos

1. CONTEXTO INSTITUCIONAL

1.1 Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didáticocientífica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins, mantida pelo Estado do Tocantins.

Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de nº 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em abril de 2002, depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias para a implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor Doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor pró-tempore da UFT. Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabelecia funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse aos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de *campi* da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicado uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristóvam Buarque. Nessa ocasião, foi convidado para reitor pró-tempore o

professor Doutor Sérgio Paulo Moreyra, que à época era professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e também, assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria de nº 002/03 de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral, o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), que foi submetido ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Criou as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero. No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores, como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-Reitor da UFT conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice.

Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no ano de 2004, por meio do Parecer do (CNE/CES) nº041 e Portaria Ministerial nº. 658/2004, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela Unitins, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos *campi* já existentes e dos prédios que estavam em construção.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocantinense. É, portanto, um sonho que vai aos poucos se consolidando numa *instituição social* voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

1.2 A UFT no contexto regional e local

O Tocantins se caracteriza por ser um Estado multicultural. O caráter heterogêneo de sua população coloca para a UFT o desafio de promover práticas educativas que promovam o ser humano e que elevem o nível de vida de sua população. A inserção da UFT nesse contexto se dá por meio dos seus diversos cursos de graduação, programas de pós-graduação, em nível de mestrado, doutorado e cursos de especialização integrados a projetos de pesquisa e extensão que, de forma indissociável, propiciam a formação de profissionais e produzem conhecimentos que contribuem para a transformação e desenvolvimento do estado do Tocantins.

A UFT, com uma estrutura *multicampi*, possui 7 (sete) *campi* universitários localizados em regiões estratégicas do Estado, que oferecem diferentes cursos vocacionados para a realidade local. Nesses *campi*, além da oferta de cursos de graduação e pós-graduação que oportunizam à população local e próxima o acesso à educação superior pública e gratuita, são desenvolvidos programas e eventos científico-culturais que permitem ao aluno uma formação integral. Levando-se em consideração a vocação de desenvolvimento do Tocantins, a UFT oferece oportunidades de formação nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Educação, Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas e Engenharia.

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do Estado demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade para com a sociedade em que está inserida. Dentre as diversas áreas estratégicas contempladas pelos projetos da UFT, merecem destaque às relacionadas a seguir:

As diversas formas de territorialidades no Tocantins merecem ser conhecidas. As ocupações do estado pelos indígenas, afro-descendentes, entre outros grupos, fazem parte dos objetos de pesquisa. Os estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local.

Considerando que o Tocantins tem desenvolvido o cultivo de grãos e frutas e investido na expansão do mercado de carne – ações que atraem investimentos de várias regiões do Brasil, a UFT vem contribuindo para a adoção de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, busca-se uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a conseqüente qualidade de vida da população rural.

Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da Região Amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o Estado como uma região de Ecótonos.

O Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas e uma significativa população rural. A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no Estado, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva. Dessa forma, a Universidade tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos.

Diante da perspectiva de escassez de reservas de petróleo até 2050, o mundo busca fontes de energias alternativas socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas. Neste contexto, a UFT desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos – fotovoltaica/energia de hidrogênio e biomassa, visando definir protocolos capazes de atender às demandas da Amazônia Legal.

Tendo em vista que a educação escolar regular das Redes de Ensino é emergente, no âmbito local, a formação de profissionais que atuam nos sistemas e redes de ensino que atuam nas escolas do Estado do Tocantins e estados circunvizinhos.

1.3 Perfil Institucional

De acordo com o Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins (artigos. 1º e 2º), a UFT é uma entidade com personalidade jurídica de direito público, instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação. É uma entidade pública destinada à promoção do ensino superior, da pesquisa e da extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com a legislação vigente.

A Universidade norteia-se pelos princípios estabelecidos no Estatuto e no Regimento, tais como:

- I estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais e à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, desenvolvendose, desse modo, o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, bem como comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão de forma aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Com uma estrutura multicampi, a UFT distingue-se, nesse aspecto, das demais universidades federais do sistema de ensino superior do país, que, em geral, são unicampi, com atividades concentradas num só espaço urbano. Essa singularidade da UFT se expressa por sua atuação em sete campi, implantados em diferentes cidades (Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis), com distâncias que vão de 70 a 600 km da capital, Palmas.

Dessa forma, as inter-relações, o fluxo de informações e as demandas infra-estruturais que se estabelecem ou que são necessários à administração de um sistema multicampi, como o da UFT, diferem bastante do modelo tradicional de uma instituição centralizada em um só campus. Destacam-se, nesse aspecto, os requisitos maiores de descentralização e a imposição de custos operacionais mais elevados.

Com essa realidade acadêmico-administrativa integrada num sistema multicampi, a UFT requer, para o seu funcionamento, uma estrutura complexa de grande porte, o que, por sua vez, gera custos operacionais específicos. Essa singularidade não pode ser desconsiderada quando se analisa a gestão orçamentário-financeira e acadêmico-administrativa da Instituição.

A UFT, com seus sete campi, tem uma dimensão que abrange todo o estado do Tocantins. É a mais importante instituição pública de ensino superior do estado, em termos de dimensão e desempenho acadêmico. Essa sua grande dimensão fica patente – em números aproximados – 695 professores efetivos, 35 professores substitutos e 537 técnicos

administrativos. Atualmente, a Universidade oferece 48 cursos de graduação e 7 programas de mestrado e 1 de doutorado reconhecidos pela CAPES, além de diversos de cursos de especialização lato sensu.

1.4 Missão Institucional

O Planejamento Estratégico - PE (2006 – 2010), o Projeto Pedagógico Institucional – PPI (2007) e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2007-2011), aprovados pelos Conselhos Superiores, definem que a missão da UFT é "Produzir e difundir conhecimentos visando à formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia" e, como visão estratégica "Consolidar a UFT como um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional".

Em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional - PPI (2007) e com vistas à consecução da missão institucional, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFT, e todos os esforços dos gestores, comunidade docente, discente e administrativa deverão estar voltados para:

- 1. o estímulo à produção de conhecimento, à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;
- 1. 2. a formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;
- 2. 3. o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e a criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;
- 3. 4. a promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- 4. 5. a busca permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- 5. 6. o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

6. 7. a promoção da extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Com aproximadamente nove mil alunos, em sete *campi* universitários, a UFT é uma universidade multicampi, estando os seus sete *campi* universitários localizados em regiões estratégicas do Estado do Tocantins, podendo, desta forma, contribuir com o desenvolvimento local e regional, contemplando as suas diversas vocações e ofertando ensino superior público e gratuito em diversos níveis. Oferece, atualmente, 43 cursos de graduação presencial, um curso de Biologia a distância, dezenas de cursos de especialização, 08 programas de mestrado: Ciências do Ambiente (Palmas, 2003), Ciência Animal Tropical (Araguaína, 2006), Letras (Araguaina, 2009); Produção Vegetal (Gurupi, 2006), Agroenergia (Palmas, 2007), Desenvolvimento Regional e Agronegócio (Palmas, 2007), Ecologia de Ecótonos (Porto Nacional, 2007), mestrado profissional em Ciências da Saúde (Palmas, 2007); mestrado em Produção Animal (Araguaína) e o Doutorado em Ciência Animal em Araguaína. E, ainda, os minteres em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (Palmas, parceria UFT\UFRGS), Arquitetura e Urbanismo (Palmas, parceria UFT\UnB), os Dinteres em História Social (Palmas, parceria UFT\UFRJ), em Educação (Palmas, parceria UFT\UFG); Administração (UFT/Mackenzie, 2009); C. Computação (UFT/UFRJ) e Geografía (UFT/UFU).

1.5 Estrutura Organizacional

Segundo o Estatuto da UFT, a estrutura organizacional da UFT é composta por:

Conselho Universitário - CONSUNI: órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária. É um órgão de deliberação superior e de recurso. Integram esse conselho o Reitor, Pró-reitores, Diretores de *campi* e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSUNI 003/2004.

- 1. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão CONSEPE: órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Seus membros são: Reitor, Pró-reitores, Coordenadores de Curso e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSEPE 001/2004.
- 2. **Reitoria:** órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Está assim estruturada: Gabinete do reitor, Próreitorias, Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Internacionais e Assessoria de Comunicação Social.

- 3. **Pró-Reitorias:** No Estatuto da UFT estão definidas as atribuições do Pró-Reitor de graduação (art. 20); Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (art. 21); Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários (art. 22); Pró-Reitor de Administração e Finanças (art. 23). As Pró-Reitorias estruturar-se-ão em Diretorias, Divisões Técnicas e em outros órgãos necessários para o cumprimento de suas atribuições (art. 24).
- 4. **Conselho do Diretor:** é o órgão dos *campi* com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa (art. 26). De acordo com o Art. 25 do Estatuto da UFT, o Conselho Diretor é formado pelo Diretor do *campus*, seu presidente; pelos Coordenadores de Curso; por um representante do corpo docente; por um representante do corpo discente de cada curso; por um representante dos servidores técnico-administrativos.
- 5. **Diretor de Campus**: docente eleito pela comunidade universitária do campus para exercer as funções previstas no art. 30 do Estatuto da UFT e é eleito pela comunidade universitária, com mandato de 4 (quatro) anos, dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior de cada *campus*.
- 6. Colegiados de Cursos: órgão composto por docentes e discentes do curso. Suas atribuições estão previstas no art. 37 do estatuto da UFT.
- 7. **Coordenação de Curso:** é o órgão destinado a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução (art. 36). Suas atribuições estão previstas no art. 38 do estatuto da UFT.
- 8. Considerando a estrutura multicampi, foram criadas sete unidades universitárias denominadas de *campi* universitários.

Os Campi e os respectivos cursos são os seguintes:

Campus Universitário de Araguaína: oferece os cursos de licenciatura em Ciências Naturais, Química, Biologia, Matemática, Geografía, História e Letras; os cursos de Medicina Veterinária, Zootecnia; cursos na área de gestão, contemplando Gestão de Cooperativas, Logística e Gestão do Turismo. Oferece ainda, o Mestrado em Ciência Animal Tropical.

Campus Universitário de Arraias: oferece as licenciaturas em Matemática, Pedagogia e Biologia (modalidade a distância) e desenvolve pesquisas ligadas às novas tecnologias e educação, geometria das sub-variedades, políticas públicas e biofísica.

Campus Universitário de Gurupi: oferece os cursos de graduação em Agronomia, Engenharia Florestal e a licenciatura em Biologia (modalidade à distância). Oferece, também, o programa de Mestrado na área de Produção Vegetal.

Campus Universitário de Miracema: oferece os cursos de Pedagogia (Licenciatura) e

Serviço Social e desenvolve pesquisas na área da prática educativa.

Campus Universitário de Palmas: oferece os cursos de Administração, Arquitetura e Urbanismo, Artes, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social, Direito, Enfermagem, Engenharia de Alimentos, Engenharia Ambiental, Medicina, Nutrição e Pedagogia. Oferece, ainda, os programas de Mestrado em Ciências do Ambiente, Arquitetura e Urbanismo, Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, Ciências da Saúde. Estará oferecendo as licenciaturas em Filosofía e Artes, a partir de 2009.

Campus Universitário de Porto Nacional: oferece as licenciaturas em História, Geografia, Ciências Biológicas e Letras e o mestrado em Ecologia dos Ecótonos.

Campus Universitário de Tocantinópolis: oferece as licenciaturas em Pedagogia e Ciências Sociais.

2. O PARFOR/ UFT

O Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR) é resultado da ação conjunta do Ministério da Educação, de instituições públicas de educação superior (IPES) e das Secretarias de Educação dos estados e municípios, no âmbito do Plano de Metas Compromisso "Todos pela Educação (PDE)", que estabeleceu no país um novo regime de colaboração da União como os estados e municípios.

Na Universidade Federal do Tocantins (UFT), o Plano Nacional de Formação de Professores para a Educação Básica (PARFOR) foi instituído por meio do acordo de Cooperação Técnica com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Secretaria de Educação do Estado do Tocantins. Destina-se a capacitar os professores que estão em exercício nas escolas públicas estaduais e municipais, mas não possuem a formação mínima em licenciatura ou àqueles que, mesmo sendo graduados, lecionam fora da área da graduação.

O Plano de Metas "Compromisso Todos pela Educação" é um programa estratégico do PDE. Trata-se de um compromisso fundado em 28 diretrizes e consubstanciado em um plano de metas concretas, efetivas, que compartilha competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação básica. A partir da adesão a esse Plano, os estados e municípios elaboram seus respectivos Planos de Ações

Articuladas (PAR), que é o planejamento multidimensional da política de educação que devem fazer para um período de quatro anos – 2008 a 2011. O PAR é coordenado pela Secretaria Municipal/Estadual de educação, mas é elaborado com a participação de gestores, de professores e da comunidade local.

Com o objetivo de implantar o PAR, o MEC tomou duas providências: fez parceria com universidades públicas e com o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) para que essas instituições auxiliem as prefeituras nas tarefas de diagnóstico e elaboração dos planos; e contratou uma equipe de consultores, que foi aos municípios prioritários, ou seja, aqueles com os mais baixos índices de desenvolvimento da educação básica (IDEB) para dar assistência técnica local. Sendo o IDEB o indicador com o objetivo para verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao "Compromisso Todos pela Educação", define que o instrumento para o diagnóstico da situação educacional local estará pautado em quatro diretrizes:

- 1. Gestão Educacional
- 2. Formação de Professores e dos Profissionais de Serviço e Apoio Escolar.
- 3. Práticas Pedagógicas e Avaliação
- 4. Infra-estrutura Física e Recursos Pedagógicos

O PARFOR é um programa estratégico do PDE/MEC e inaugura um novo regime de colaboração, que busca concentrar atuação dos entes federados sem ferir-lhes a autonomia, envolvendo primordialmente a decisão política, a ação técnica e o atendimento da demanda educacional, visando à melhoria dos indicadores educacionais. O PARFOR está sendo oferecido em quase todos os estados da federação por meio de dezenas de Instituições Públicas de Educação Superior, Federais, Estaduais com a colaboração de universidades comunitárias.

Esse Plano de Ações Articuladas (PAR) propõe políticas voltadas para três formações: a) Primeira Licenciatura, destinadas aos professores em exercício na Educação básica e que não possuem nenhuma graduação; b) Segunda Licenciatura àqueles em exercício na Educação Básica, porém fora da sua área de formação específica (ex: professor de História ministrando aulas de Sociologia); c) Formação Pedagógica aos Bacharéis em exercício na Educação Básica, porém sem a formação pedagógica que lhe garanta o efetivo exercício da docência na sua especificidade (ex: o engenheiro civil ministrando aulas de matemática).

A UFT disponibilizou na Plataforma Freire 990 vagas presenciais nas áreas de Artes, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Filosofia, Geografia, História, Letras (Língua Portuguesa e Língua Inglesa), Matemática e Pedagogia e 300 vagas pela Universidade Aberta

do Brasil em Ciências Biológicas, para o 1º semestre de 2010. Os cursos serão oferecidos nos campi da UFT e nos pólos da UAB. As atividades acadêmicas presenciais moduladas ocorrerão, parcialmente, nos meses de janeiro e parte de fevereiro e em julho. Durante o semestre letivo, serão desenvolvidas atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio de encontros presenciais e de orientações via plataforma moodle. Todas as informações acerca das atividades a serem desenvolvidas estão disponíveis no Calendário Acadêmico do Parfor/UFT.

2.1 Contextualização do Curso

A Educação Física constitui uma área de conhecimento e de atuação profissional em expansão, associada à universalização das relações sociais capitalistas, que tem na urbanização da vida social uma de suas especificidades. Neste contexto, evidencia-se também uma transposição da mecanização dos processos produtivos para o conjunto das relações sociais, que resulta na afirmação de determinadas formas de movimento físico e de relação corporal, em detrimento de outras. É neste contexto que uma reeducação corporal se faz necessária, condição para a afirmação de uma vida saudável. Daí a relação existente entre a educação física e a saúde.

O saber que se exige do professor de educação física para a promoção da saúde não se limita ao conhecimento físico e à manipulação instrumental, isto é, ao domínio dos aspectos físico-corporais do movimento humano, porque o movimento humano é constituído por uma multiplicidade de manifestações e se inscreve num contexto sócio-cultural.

Por isso, as atividades propostas não podem traduzir-se numa mera compensação de atividades físicas e/ou da promoção da estetização corporal, tão presente no contexto atual. O que se espera da atuação do professor de educação física é a capacidade de promover novas formas de relação corporal, da pessoa com seu próprio corpo, com os outros corpos e com a natureza externa. Daí a sua íntima relação com a educação.

A Resolução CNE/CES 7/2004, em seu Art. 3°, define a Educação Física:

Área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, com foco nas diferentes modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.

O processo de modernização e urbanização da vida social tem ampliado as possibilidades de atuação do profissional de educação física. As frentes de atuação da Área tem aumentado significativamente. Enquanto Licenciado, este crescimento está associado à universalização do acesso da população à Educação Básica – sobretudo, a de nível fundamental – que inclui a disciplina de Educação Física em suas disposições curriculares legais.

Evidencia-se, pois, uma crescente procura por parte de pessoas e de instituições sociais para orientar a prática de atividades físicas, associadas à saúde e ao cuidado corporal. Dentre elas, destaca-se também a ginástica laboral, crescentemente adotada pelas empresas. Além disso, verifica-se uma valorização crescente das práticas esportivas, de lazer e de expressão corporal, seja enquanto forma de enriquecimento da vida no tempo livre, seja enquanto prática competitiva.

2.2 Nome do Curso

Licenciatura em Educação Física

2.3 Modalidade do Curso

O curso de Educação Física proposto pelo campus de Miracema da Universidade Federal do Tocantins apresenta-se estruturado sob a forma de licenciatura, visando suprir a demanda de formação de docentes do município e região.

2.4 Endereço do Curso

A licenciatura em Educação Física proposta pelo campus de Miracema da Universidade Federal do Tocantins deverá ser oferecida na sede local da instituição, localizada à Rua Lourdes Solino, sem número, Setor Universitário, município de Miracema do Tocantins, estado do Tocantins.

2.5 Ato Legal de Reconhecimento do Curso

Em se tratando de uma licenciatura ainda não ofertada nos *campi* da Universidade Federal do Tocantins, o curso de Educação Física ainda não dispõe de um ato legal de reconhecimento

2.6 Número de Vagas

A licenciatura em Educação Física a ser oferecida pelo campus de Miracema, na modalidade PARFOR tenciona ofertar quarenta vagas por turma.

2.7 Turno de Funcionamento

Em consonância com a proposta de formação de professores em licenciaturas por meio do PARFOR, as atividades junto ao curso de Educação Física serão desenvolvidas durante o período diurno, atendendo, inclusive, a própria organização do calendário de atividades proposto pela Universidade Federal do Tocantins.

2.8 Direção do Campus

O campus universitário de Miracema da Universidade Federal do Tocantins tem como diretora a Professora Doutora Célia Maria Grandini Albiero, docente vinculada ao colegiado do curso de Serviço Social deste campus.

2.9 Coordenador do Curso

A coordenadora do curso de Licenciatura em Educação Física a ser ofertado na modalidade PARFOR é a professora Mestre Ana Corina Spada, docente vinculada ao colegiado do curso de Pedagogia do campus.

2.10 Relação Nominal dos Membros do Colegiado de Curso

O campus universitário de Miracema conta com a composição de dois colegiados, Pedagogia e Serviço Social. Assim, os docentes que compõem o quadro de ambos os colegiados são apresentados como membros do colegiado da licenciatura em Educação Física na modalidade PARFOR.

2.10.1 Quadro nominal docente do Curso de Pedagogia, regime de trabalho e formação acadêmica

NOME	REGIME DE TRABALHO	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO
Adriana Garcia Gonçalves	DE	Pedagogia e Fisioterapia	Acupuntura	Educação	Doutorando Educação
Ana Corina M. Spada	DE	Pedagogia	-	Educação	-
Antônio Miranda de Oliveira	DE	Filosofia	Gestão Pública	Educação Brasileira	Doutorando em Geografía
Jucylei Silva Evangelista Freire	DE	Pedagogia	Supervisão Educação Educacional		Doutoranda em Educação
José Carlos da Silveira Freire	DE	Pedagogia	Planejamento Educacional	Educação Brasileira	Doutorando em Educação
Kalina Lígia A. Brito Andrade	DE	Engenharia de Materiais	-	Engenharia Química	-
Liliane de Sousa	20 horas	Pedagogia	Educação Rural	-	-
Márcio Antônio Cardoso de Lima	DE	Pedagogia	Metodologia do Ensino Superior	Educação	Educação
Maria Irenilce Rodrigues Barros	DE	Letras	- Linguística		-
Raquel Aparecida Sousa	DE	Pedagogia	Tecnologias Educação Educacionais		
Roberto Francisco de Carvalho	DE	Pedagogia	Supervisão Educação Educacional		Doutorando em Educação
Suzana Brunet Camacho da Rocha	40h	Pedagogia	-	Educação	-
Tatiane Costa Barros	20 horas	Pedagogia	Educação Rural	-	-
Vânia Maria de Araújo Passos	DE	Pedagogia	Administração da Educação: Políticas, Planejamento e Gestão		Doutoranda em Educação

Viviane Drumond	DE	Pedagogia	-	Educação,	Doutoranda
				Cultura e	em
				Sociedade	Educação

2.10.2 Quadro nominal docente do Curso de Serviço Social, regime de trabalho e formação acadêmica

NOME	REGIME DE TRABALHO	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	
André Luiz Augusto da Silva	40 hs	Serviço Social	Segurança Pública	Serviço Social	Doutorando em Serviço Social	
Bruna Andrade Irineu	DE	Serviço Social	Política de Segurança Pública e Direitos Humanos	Serviço Social	-	
Cecília Nunes Froeming	DE	Serviço Social	-	Serviço Social	-	
Célia Maria Grandini Albiero	DE	Serviço Social	Serviço Social	Serviço Social	Serviço Social	
Celso Henrique Acker	DE	História	-	História	Doutorando História	
Gisele Almeida Tamarozzi de Lima	DE	Serviço Social	Serviço Social	Serviço Social	Serviço Social	
Kathia Nemeth Perez	40 hs	Psicologia	Saúde pública e Adm.Educacional	Psicologia Social	-	
Josiley Carrijo Rafael	DE	Serviço Social	-	Educação	-	
Kleber Lopes Lima Fialho	DE	Psicologia	-	Psicologia	-	
Maria Helena C. Silva	DE	Serviço Social	-	Serviço Social	Doutoranda em Serviço Social	
Mariléa Borges de Lima	DE	Assistente Social	Educação	Educação	-	
Marília de Fátima Marques Lopes	DE	Serviço Social	-	Serviço Social	Serviço Social	
Maria José Antunes da Silva	40 hs	Serviço Social	-	Serviço Social	-	
Reijane Pinheiro da Silva	DE	Ciências Sociais	Antropologia Social	Sociologia	Doutoranda em Antropologia	
Rosimary Negreiros de Araújo	DE	História	História do Brasil	Educação	-	
Vanda Micheli Burginski	DE	Serviço Social	-	Educação, Cultura e Sociedade	-	

2.11 Comissão de Elaboração do PPC

Como dito anteriormente, um pré-projeto pedagógico de curso da licenciatura em Educação Física apresentado pelo campus universitário de Miracema foi, inicialmente, desenvolvido por uma comissão composta pelos docentes José Oto Konzen, Kleber Lopes Lima Fialho e Antônio Miranda de Oliveira.

O projeto inicial apresentado pelos referidos docentes sofreu alterações e foi discutido pelas professoras Ana Corina M. Spada, Adriana Garcia Gonçalves, Vânia Maria de Araújo Passos e Célia Maria Grandini Albiero, a fim de que fossem feitas as alterações necessárias a oferta do curso na modalidade PARFOR.

2.12 Dimensão das Turmas Teóricas e Práticas

O curso de licenciatura deve garantir fundamentos (conteúdo) e metodologias (forma) que subsidiem a capacidade de refletir sobre a ação, ampliando assim os horizontes da compreensão do mundo. É nessa perspectiva que se coloca o Parecer do Conselho Nacional de Educação - CNE/CP 009/2001, aprovado em 8/5/2001¹, que, ao dispor sobre as dimensões teóricas dos cursos de licenciatura, abre a discussão da seguinte forma:

Esse exercício vai requerer a atuação integrada do conjunto de professores do curso de formação visando superar o padrão segundo o qual os conhecimentos práticos e pedagógicos são de responsabilidade dos pedagogos e os conhecimentos específicos a serem ensinados são responsabilidade dos especialistas por área de conhecimento.

Explicita, ainda, que

Essa atuação integrada da equipe de formadores deve garantir a ampliação, ressignificação e equilíbrio de conteúdos com dupla direção: para os professores de atuação multidisciplinar de educação infantil e de ensino fundamental, no que se refere aos conteúdos a serem ensinados; para os professores de atuação em campos específicos do conhecimento, no que se refere aos conteúdos pedagógicos educacionais.

 $^{^1}$ Despacho do Ministro em 17/1/2002, publicado no Diário Oficial da União de 18/1/2002, Seção 1, p. 31.

Além disso, os conhecimentos pedagógicos constitutivos do curso referem-se às diferentes concepções sobre temas próprios da formação de professores, tais como, currículo, desenvolvimento curricular, docência, transposição didática, contrato didático, planejamento, plano, programa, projeto de ensino, organização de tempo e espaço de aprendizagem, organização do trabalho formativo, interação grupal, criação, realização e avaliação das situações didáticas, avaliação de aprendizagens dos alunos, trabalho diversificado, relação professor-aluno, análises de situações educativas e de ensino complexas, entre outros. São deste âmbito, também, as pesquisas dos processos de aprendizagem dos alunos e os procedimentos para produção de conhecimento pedagógico pelo professor.

A licenciatura em Educação Física proposta aqui pelo Campus Universitário de Miracema pretende trabalhar com um quantitativo de quarenta alunos por turma e, atendendo a proposta do PARFOR, favorecer o ingresso desses acadêmicos em dois momentos: uma no início do ano, para que as atividades letivas ocorram no mês de janeiro, e outra no meio do ano, com previsão de desenvolvimento de atividades durante o mês de julho.

2.13 Histórico do Curso: sua criação e trajetória

O processo de expansão do Campus Universitário de Miracema vem sendo discutido desde a criação da UFT. Junto com ele, a reflexão sobre a possibilidade da criação de projetos para a oferta de novos cursos, atentando para a demanda social, as condições de oferta em termos de infra-estrutura física e de recursos humanos necessários.

O campus de Miracema apresenta um histórico de discussões voltadas à área da educação, uma vez que nele existe o curso de licenciatura em Pedagogia, ofertado desde o ano de 1999, pela então Universidade do Tocantins – UNITINS.

Assim, verificando a demanda local por formação docente na área de Educação Física, uma comissão foi designada para a estruturação de um pré-projeto de licenciatura nessa área.

Diante da possibilidade de oferta da licenciatura em Educação Física na modalidade PARFOR, uma nova comissão assume os trabalhos de elaboração do Projeto Político Pedagógico deste curso.

2.13.1 Concepção de Homem, Cultura e Educação

O homem se caracteriza como um ser que não tem a sua existência previamente definida, acabada e fechada, como ocorre com as outras espécies. Ele a constrói, não apenas pela transformação das condições naturais — graças à instrumentalização técnica que desenvolve — mas, também pelo sentido que ele atribui a estas transformações. As ações humanas são carregadas de sentido. Não de um sentido construído por um indivíduo, de forma isolada e independentemente das relações sócio-históricas de seu grupo, mas como produto da coletividade, marcado por conflitos e contradições, expresso em suas manifestações histórico-culturais.

A civilização ocidental moderna introduziu a idéia de historicidade do sentido da existência, rompendo assim com uma tradição onto-teológica que lhe antecedeu, segundo a qual o ordenamento do universo – incluído o homem – era regido por um logos ou por uma divindade superior. Nessa tradição, a orientação do homem (o dever ser) tinha na razão objetiva (o ser) a referência para nortear as suas ações. A introdução da historicidade na cultura moderna não rompe com a idéia de ordenamento, mas confere ao homem (individual e coletivamente) o desafio de construir um sistema de referência para ordenar sua vida. A modernidade introduz uma ruptura entre o natural e o humano. Por um lado, ela mantém a concepção de uma ordem natural cíclica, cujo comportamento é passível de ser apreendido pela ciência e expresso na forma de leis matemáticas. Por outro, ela eleva o homem à condição de sujeito dotado de liberdade que, ao conhecer o comportamento da natureza, dela pode dispor para realizar suas necessidades e desejos. Nesse sentido, a civilização moderna trava uma luta contra a cultura e as instituições tradicionais (pré-modernas) e passa a associar a emancipação humana à afirmação de sujeitos históricos, autônomos e esclarecidos, libertando-os do despotismo e da dominação natural, fundamentados na hierarquia natural e/ou divina.

A construção desta nova ordem humana e social passa a exigir uma nova perspectiva de orientação para os indivíduos emancipados da tradição. Novas e diferentes proposições em busca de princípios para fundamentar as ações individuais e coletivas colocam em questão a própria historicidade. De um lado, as tradições racionalista e romântica, que advogam pela existência de uma orientação objetiva e universal (razão e sensibilidade, respectivamente). De outro, a própria historicidade é elevada à condição de absoluto (o espírito absoluto) que assegura a realização da liberdade universal na forma de progresso, que se totaliza.

O contexto atual se revela como um momento de "crise" destas proposições. Trata-se de uma crise que questiona os fundamentos das ações humanas e das instituições sociais erigidos pela modernidade. Enquanto crise, se traduz num momento de avaliação e de

julgamento do que herdamos das gerações que nos antecederam. Frente a ela, diferentes posicionamentos vão constituindo um novo cenário. Dentre eles, destacam-se, de um lado, o fortalecimento do ceticismo em relação à possibilidade de construção de uma orientação coletiva, que eleva a adaptação individual irrestrita à condição de dever ser. Trata-se, neste caso, de um reconhecimento tácito de que "o mundo que já não é para todos". Daí a racionalização da frieza, da indiferença e da apatia em relação a sofrimento pessoal e alheio e a compensação na esfera do consumo, que lhe é decorrente. De outro, o desejo de reconstituir absolutos, na busca de fundamentalismos religiosos, raciais, sexuais e/ou românticos vai ganhando força, colocando em questão a modernidade e suas conquistas como um todo.

Todavia, o enfrentamento da "crise" pode dar-se também de outra forma: a compreensão da dialética de sua gênese no interior da sociabilidade histórica em que emerge. É possível questionar a modernidade sem abandonar o pressuposto da historicidade e o ideário da emancipação humana, assumindo efetivamente a historicidade. Nesse sentido, a exclusão social (carência material) e a dominação social e política (ausência de liberdade) se convertem em referência para nortear as ações individuais e coletivas, num mundo que desenvolveu as condições materiais para a sua satisfação. A percepção sensível (estética) do sofrimento e o conhecimento histórico-social (razão) devem aliar-se para constituir uma nova perspectiva de orientação. Desta forma, a negatividade percebida sensivelmente na forma de contradição social, enquanto produto histórico, torna-se objeto de apreensão racional. Sua compreensão crítica (a negatividade do ser) torna-se referência para nortear as ações (dever ser). É a realidade prática (o sofrimento injustificado diante das possibilidades históricas e a busca de sua superação) que devem constituir-se respectivamente em ponto de partida e de chegada, em referência de orientação.

Desta forma, pensamos que o ideário moderno da emancipação humana referido à historicidade é algo que haverá de sobreviver à crise temporal que atravessa e ao questionamento das formas de fundamentação que lhe foram conferidas no período que cronologicamente denominamos moderno. A luta pela realização das necessidades humanas e pela conquista da liberdade ultrapassa os limites temporais da modernidade econômica e cultural. Nesse sentido, não podemos mais creditar a realização das necessidades humanas ao princípio da competição individual, desvinculado de uma regulamentação coletiva que assegure a democratização das conquistas materiais resultantes do esforço coletivo da humanidade. Nem tampouco, limitar a emancipação humana ao horizonte espiritual ou vinculá-lo a uma adaptação subjetiva em relação à objetividade histórica. O que é preciso questionar é esta pretensão de realização da liberdade universal vinculada a princípios

abstratos, independentes e alheios à própria organização econômica, ou que a absolutiza. Também não podemos mais creditar a emancipação humana à afirmação do sujeito homem em oposição à natureza, que afirma a autonomia deste em relação àquela.

Trata-se, então, de retomar a defesa da historicidade social do homem, buscando apreendê-la em suas manifestações objetivas, tomando por referência a exclusão social e a dominação econômica e política que perduram apesar da existência de condições materiais para sua superação. Nesta perspectiva, trata-se de fazer uma apreensão crítica da objetividade histórica, de suas contradições internas e de sua gênese. Esta apropriação é condição de possibilidade para transformação das possibilidades técnicas em emancipação social efetiva. Nesse sentido, a formação e a pesquisa acadêmica, sobretudo, na universidade pública, têm um papel emancipatório fundamental, e mais especialmente, os cursos de formação de professores, na afirmação do espaço-tempo escolar marcado pela apreensão crítico-objetiva da realidade histórica.

É essa a dimensão emancipatória que creditamos à escola, pois, em tempos obscuros, precisamos de mais e não de menos sujeito e não de sua supressão. Não de um sujeito abstrato, mas historicamente situado. Entendemos que é a formação deste sujeito que deve constituir-se em fonte de orientação da educação formal e acadêmica dos graduandos. Assim, reafirma-se que o sentido das ações humanas, individuais e coletivas, remete-se à luta pela liberdade e emancipação social. Não de uma liberdade negativa, contraposta à natureza e em relação aos outros indivíduos. Mas uma liberdade positiva, pautada na afirmação da vida e da dignidade de todos. Julgamos que esta orientação constitui-se num contraponto à violência e à barbárie social que permeia as práticas sociais e o ceticismo cultural de nossa época.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1 Administração Acadêmica

No campus universitário de Miracema, a gestão institucional e a gestão do curso trabalham com base em uma gestão democrática, com vistas à promoção da participação dos acadêmicos e docentes na elaboração de diretrizes e princípios que corporificam os objetivos propostos pelo Projeto Pedagógico do Curso.

3.2 Coordenação Acadêmica

Na UFT, a coordenação acadêmica dos cursos é desenvolvida com base na concepção de gestão democrática, que valoriza a participação de todos os envolvidos no processo de discussão e definição dos princípios, diretrizes, procedimentos e ações que concretizarão os objetivos deste Projeto Pedagógico de Curso. Neste sentido, os Cursos possuem uma instância colegiada, composta por todos os seus professores, por representantes estudantis e de técnicos administrativos, que define, acompanha e avalia as questões relativas ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão. O Curso de Educação Física será organizado dentro desta mesma lógica.

A Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação Física, inicialmente, deverá ser ocupada por um professor do quadro efetivo integrante da Comissão que elaborou a proposta do Curso e, e tão logo seja implantado como um curso regular deverá ocorrer processo eleitoral atendendo as seguintes exigências: docente Mestre ou Doutor na área de Educação Física ou em área que tenha aderência ao curso, eleito através de processo de consulta direta à comunidade acadêmica, conforme determina o Estatuto da UFT, com mandato de dois anos.

3.3 Projeto Acadêmico de Curso

O projeto acadêmico do curso foi estruturado para a oferta de um curso de licenciatura em Educação Física. Desse modo, aspira-se oferecer a formação para o educador físico, articulando a grade curricular e as discussões do curso à área da educação.

Entende-se que o curso de licenciatura em Educação Física proposto pelo campus de Miracema da UFT pode contribuir significativamente para a transformação social do contexto em que se insere, pois, forma o profissional capaz de oferecer uma educação preventiva, educando para o desenvolvimento de hábitos saudáveis.

3.3.1 Justificativa

Um estudo regional apontou a existência de apenas 3 (três) cursos de Educação Física no Estado do Tocantins, a saber: a Faculdade de Educação Física de Araguaína; o curso de Educação Física da Faculdade UNIRG, de Gurupi; os cursos de Licenciatura e de Bacharelado em Educação Física (este último, autorizado em 2007) da ULBRA, de Palmas.

Eles oferecem, respectivamente, 50 (cinqüenta), 120 (cento e vinte) e 150 (Cento e cinqüenta) vagas anuais, e ambos os cursos estão vinculados à iniciativa privada.

A título de amostra da realidade escolar, foram levantados dados junto aos sistemas de ensino locais, constando-se que, em nível de Sistema Estadual, que a Regional de Miracema possui 27 (vinte e sete) professores atuando na Área de Educação Física, sendo que apenas 10 (dez) possuem a formação específica da Área em que atuam. Já na Secretaria de Educação do Município de Miracema existem 5 (cinco) professores atuando, sendo que nenhum deles tem formação na área. Além disso, evidencia-se uma demanda crescente de trabalho em espaços formativos não-escolares, especialmente em Academias, vinculada à mudança do perfil das atividades laborais no contexto das transformações sócio-econômicas que caracterizam o mundo contemporâneo e que vem se estendendo de forma rápida para a Região Norte do Brasil.

3.3.2 Objetivos do Curso

Dentre os objetivos do curso de licenciatura em Educação Física a ser oferecido na modalidade PARFOR estão:

Objetivo Geral

Proporcionar uma formação profissional atuante na área de Educação Física, na Educação Básica, tendo em vista o desenvolvimento de habilidades necessárias aos egressos do curso, para que possam expressar, no exercício profissional docente, uma visão social de seu papel como educador e orientador de indivíduos, quando do exercício de sua cidadania.

Objetivos Específicos

 Preparar, com solidez, o profissional para interagir em equipes multidisciplinares, no intuito de contribuir para a efetivação de projetos relacionados à escola de Educação Básica;

- Trabalhar diferentes métodos pedagógicos visando à prática profissional, além de propor e promover eventos culturais e científicos na área da Educação Física;
- Desenvolver entre os graduandos o espírito científico e investigativo além de despertar a capacidade própria de aprendizagem contínua e busca pelo conhecimento;
- Estabelecer relações entre a Educação Física e outros campos de conhecimentos ou áreas correlatas.

3.3.3 Perfil Profissiográfico

A Área de Educação Física tem passado por importantes debates ao longo das últimas décadas, que trouxeram para o centro das reflexões a compreensão do movimento humano em sua relação com a totalidade social e cultural. Neste sentido, estes debates problematizaram o caráter subserviente da Educação Física ao longo do século XX e as concepções aí presentes, de fundamento higienista, militarista, competitivista etc., contrapondo-lhes uma concepção baseada na compreensão crítica do movimento humano, em suas diferentes dimensões (física, esportiva, recreativa, de lazer, de trabalho, etc.) e em sua relação com o contexto sócio-cultural mais amplo. Estes debates questionam o caráter predominantemente instrumental da formação física, marcada pela moldagem de corpos atléticos e esportivos e pela estetização corporal, que equacionam corpo, ciência e mercado.

Esta concepção foi incorporada ao texto legal, ao estabelecer as diretrizes curriculares para os cursos na área da Educação Física. A Resolução Nº 7/2004, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Física, graduação plena, em nível superior, estabelece que "a Educação Física é uma área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas."

O Curso de Licenciatura em Educação Física do Campus de Miracema objetiva formar o professor para atuar na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio), qualificando-o para compreender, analisar e refletir criticamente sobre as diferentes

expressões do movimento humano, do esporte educacional e das práticas de saúde e de lazer social que interagem com a escola, com a cultura e com a sociedade, além de promover atividades relacionadas a estes âmbitos em instituições escolares, tomando por base os conhecimentos científicos da Área de Educação Física. O egresso do Curso de Licenciatura em Educação Física do Campus de Miracema é educador físico licenciado, habilitado para atuar na Educação Básica, com formação geral, humanística e crítica acerca do homem, da sociedade e da instituição escolar, bem como dos conhecimentos específicos da Área de Educação Física e nos conhecimentos didático-pedagógicos que lhe permitem inserir-se de forma crítica e responsável nas atividades de ensino escolar da Área de formação.

3.3.4 Competências, Atitudes e Habilidades

O egresso do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Tocantins, em consonância com a **Resolução CNE/CES Nº 07/2004**, que institui as **Diretrizes Curriculares para a Graduação em Educação Física**, propõe as seguintes competências e habilidades necessárias ao exercício da profissão:

Habilidades e Competências:

- Dominar os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da Educação Física e aqueles advindos das ciências afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática;
- Pesquisar, conhecer, compreender, analisar, avaliar a realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente, por meio das manifestações e expressões do movimento humano, tematizadas, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, visando a formação, a ampliação e enriquecimento cultural da sociedade para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável;
- Intervir acadêmica e profissionalmente de forma deliberada, adequada e eticamente balizada nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas;

- Participar, assessorar, coordenar, liderar e gerenciar equipes multiprofissionais de discussão, de definição e de operacionalização de políticas públicas e institucionais nos campos da saúde, do lazer, do esporte, da educação, da segurança, do urbanismo, do ambiente, da cultura, do trabalho, dentre outros;
- Diagnosticar os interesses, as expectativas e as necessidades das pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas portadoras de deficiência, de grupos e comunidades especiais) de modo a planejar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos e programas de atividades físicas, recreativas e esportivas nas perspectivas da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer e de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas;
- Conhecer, dominar, produzir, selecionar, e avaliar os efeitos da aplicação de diferentes técnicas, instrumentos, equipamentos, procedimentos e metodologias para a produção e a intervenção acadêmico-profissional em Educação Física nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas;
- Acompanhar as transformações acadêmico-científicas da Educação Física e de áreas afins mediante a análise crítica da literatura especializada com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional;
- Utilizar recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a ampliar e
 diversificar as formas de interagir com as fontes de produção e de difusão de conhecimentos específicos da Educação Física e de áreas afins, com o propósito de contínua
 atualização e produção acadêmicoprofissional.

Entende-se que para o desenvolvimento e aquisição de competências, atitudes e habilidades anteriormente descritos, torna-se imprescindível a articulação entre os trabalhos desenvolvidos no âmbito do curso, relacionados à graduação como oferta de disciplinas, monitorias, inserção do graduando em grupos e projetos de pesquisa em andamento na instituição, participação em eventos de natureza científica, tendo em vista a promoção da aprendizagem e do desenvolvimento do graduando em Educação Física de forma mais

abrangente.

3.3.5 Campo de Atuação Profissional

O campo de atuação do licenciado em Educação Física é composto pelas seguintes dimensões:

- docência na Educação Infantil, no Ensino Fundamental (ciclos I e II), no Ensino Médio, assim como em Educação Profissional;
- produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional;
- atividades de orientação da prática esportiva em locais como academias, associações etc.

3.3.6 Organização Curricular

O Projeto de Licenciatura em Educação Física do Campus Universitário de Miracema, como já evidenciado anteriormente, busca constituir uma forte integração curricular e didático-pedagógica com o Curso de Pedagogia. Esta articulação envolve o conhecimento do sujeito humano em geral e do espaço escolar em particular, inscritos num contexto econômico, social, político e cultural historicamente constituído. Envolve também conhecimentos relacionados ao processo de apropriação pessoal do conhecimento por parte dos licenciandos (a iniciação à pesquisa) e à sua transmissão (os processos didático-pedagógicos).

Neste sentido, a proposta curricular do Curso é composta por um conjunto de disciplinas comuns, seja na área de formação geral e humanística, seja na área de compreensão do espaço escolar e das práticas pedagógicas. Além disto, introduz disciplinas optativas, que poderão ser cursadas dentre um rol ofertado no próprio curso e/ou outro curso, que tenham afinidade com sua área de formação e interesse específico. Assim sendo, esta organização curricular favorece a formação de linhas e de grupos de pesquisa que tenham interface com a formação de professores, integrando pesquisadores de áreas distintas em sua formação origem.

Além disto, o Projeto de Licenciatura em Educação Física proposto pelo campus universitário de Miracema inclui em seu rol de disciplinas a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – disciplina obrigatória, conforme Decreto Nº 5.626/2005.

3.3.7 Matriz Curricular

A organização curricular do Projeto é feita por créditos, sendo que a maioria das disciplinas é constituída por 4 (quatro) créditos, a exceção de projetos, estágios e monografia. A integralização da totalidade da carga horária deverá ser feita em no mínimo 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos e no máximo de 12 (doze) semestres ou 6 (seis) anos.

O Curso de Licenciatura em Educação Física será desenvolvido em 8 (oito) semestres, com organização disciplinar disposta em 5 (cinco) dias letivos semanais, equivalente a 5 (cinco) disciplinas semestrais. A composição curricular obedece ao estabelecido pela Resolução CNE/CP nº 1/2002, pelo Parecer CNE/CP 28/2000 e pela Resolução CNE/CES nº 7/2004, em articulação com a Resolução CNE/CP Nº 7/2004 e pelo Parecer CNE/CES 400/2004.

ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA – LICENCIATURA.

Semestre	estre Componente curricular		CHT	СНР	Horas
	Leitura e Produção de Texto	4	45	15	60
	Sociedade, Cultura e Educação	4	60	0	60
	Teorias e Tendências Pedagógicas	4	45	15	60
	Fundamentos Histórico-filosóficos da	4	60	0	60
Primeiro	Educação Física				
	Fundamentos Sócio-Antropológicos da	4	45	15	60
	Educação Física				
	Subtotal	20	255	45	300
	História da Educação Brasileira	4	60	0	60
	Fundamentos Didáticos da Educação	4	45	15	60
	Psicologia do Desenvolvimento	4	45	15	60
Segundo	Profissão docente	4	45	15	60
	Introdução ao Pensamento Científico	4	60	0	60
	Subtotal	20	255	45	300
	Metodologia do Ensino e Pesquisa em	4	45	15	60
	Handebol				
Terceiro	Metodologia do Ensino e Pesquisa em	4	45	15	60
	Atletismo				
	Anatomia Humana	4	45	15	60
	Introdução aos Estudos do Lazer	4	45	15	60
	Psicologia da Aprendizagem	4	60	0	60
	Subtotal	20	240	60	300
	Biomecânica	4	60	0	60
	Fisiologia humana	4	45	15	60
Quarto	Metodologia do Ensino e Pesquisa em	4	45	15	60
	Voleibol				
	Metodologia do Ensino e Pesquisa em	4	45	15	60

	Natação				
	Optativa I	4	60	0	60
	Subtotal	20	255	45	300
	Metodologia do Ensino e Pesquisa em	4	45	15	60
	Futebol				
	Dança e Manifestações Rítmicas	4	45	15	60
<u> </u>	Expressivas		<u> </u>		
Quinto	Fundamentos da Ginástica	4	45	15	60
	Projeto de Estágio	6	60	30	90
	Optativa II	4	45	15	60
	Subtotal	22	240	90	330
	Metodologia do Ensino e Pesquisa em	4	45	15	60
	Basquetebol				
Sexto	Folclore Brasileiro: Danças e Folguedos	4	45	15	60
	Atividades Aquáticas	4	45	15	60
	Educação Especial e Movimento Corporal	4	45	15	60
	Estágio em Educação Física na Educação	6	45	45	90
	Infantil				
	Subtotal	22	225	105	330
	Projeto de TCC	4	45	15	60
	Teorias do Currículo	4	60	0	60
Sétimo	Estágio em Educação Física no Ensino Fundamental	8	60	60	120
	Políticas Públicas em Educação	4	60	0	60
	LIBRAS-Língua Brasileira de Sinais	4	45	15	60
	Subtotal	24	270	90	360
	Higiene e Socorros de Urgência	4	45	15	60
Oitavo	Estágio em Educação Física no Ensino Médio	8	45	75	120
	Ética e Educação	4	60	0	60
	Optativa III	4	60	0	60
	Trabalho de Conclusão de Curso	8	30	90	120
	Subtotal	28	240	180	420
	Subtotal Geral		1980	660	2640
Atividades complementares		14		210	210
TOTAL GERAL		190		2850	2850

3.3.8 Ementário e Bibliografia

1º PERÍODO

LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO

Abordagens teóricas sobre leitura e produção textual. Tipos de textos. Níveis e estratégias de leitura.

Práticas de leitura e de produção textual.

Bibliografia Básica

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*: em três artigos que se completam. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KATO, Mary. O aprendizado da leitura. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MARTINS, Maria Helena. O que é leitura? São Paulo: Brasiliense, 2004. Coleção Primeiros Passos.

Bibliografia Complementar

FAULSTICH, Enilde L. de. Como ler, entender e redigir um texto. 16 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

SMITH, Frank. *Compreendendo a leitura*: uma análise psicolinguística da leitura e do aprender a ler. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1989.

SOLE, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SOCIEDADE, CULTURA E EDUCAÇÃO

A época moderna e o surgimento da sociedade capitalista, a partir da interpretação sociológica clássica. O conceito de cultura. A Educação como dimensão sócio-cultural. A educação na sociedade contemporânea: sociedade em rede, sociedade do consumo, sociedade da informação e sociedade do espetáculo.

Bibliografia Básica

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em rede. vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura e sociedade no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SLATER, Don. Cultura do consumo e modernidade. Rio de Janeiro: Nobel, 2000.

Bibliografia Complementar

CANDAU, Vera Maria (org.). *Cultura(s) e educação*: entre o crítico e o pós-crítico. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

BAUDRILLARD, Jean. A sociedade de consumo. Lisboa: Edições 70, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação como cultura. Campinas-SP: Papirus, 2002.

DAYRELL, Juarez (Org.). Múltiplos olhares sobre a educação e cultura. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. São Paulo: Contraponto, 1997.

MORAIS, Regis de. Cultura brasileira e educação. 2. ed. Campinas-SP: Papirus, 1989.

SANTOS, Jose Luis de. O que é cultura. São Paulo: Brasiliense, 2004. Coleção Primeiros Passos.

TEORIAS E TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS

Teorias e tendências da educação física: visão de mundo, visão de homem, visão de sociedade, visão de educação. Ser humano, cultura, educação e educação física. Principais concepções e tendências pedagógicas que influenciaram (influenciam) a Educação Física no Brasil. Valor educativo, práticas desportivas e o contexto sócio-histórico-cultural.

Bibliografia Básica

GRANVILLE, M. A. Teorias e práticas na formação de professores. Campinas-SP: Papirus, 2002.

SEYBOLD, A. Princípios pedagógicos da Educação Física. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S. A., 1983.

SAVIANI, D. *Escola e Democracia*. vol. 5. 32. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 1999. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo.

Bibliografia Complementar

MOREIRA, M. A. Teorias de aprendizagem. São Paulo: EPU, 2003.

MOREIRA, M. A. A teoria da aprendizagem significativa e sua implementação em sala de aula. Brasília-DF: Editora UNB, 2005.

SANTIN, S. Educação física: outros caminhos. Porto Alegre: EST. 1990.

CHAUÍ, M. O que é ideologia? vol. 13. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. Coleção Primeiros Passos.

BETTI, M. Educação física e sociedade. São Paulo: Movimento, 1991.

FUNDAMENTOS HISTÓRICO-FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Contextualização histórico-filosófica do corpo (Idade Antiga, Média e Moderna) e as implicações para a evolução da espécie e do pensamento humano. Corpo, ética na práxis da Educação Física, Bases epistemológicas do estudo da Educação Física. Corpo identidade e diferença. Correntes européias de Educação Física: Alemanha, Suíça, França e Inglaterra. A história da Educação Física no Brasil; Tendências da Educação Física brasileira.

Bibliografia Básica

GRIFI, Giampiero. História da educação física e do esporte. Porto Alegre: D. C. Luzzatto, 1989.

MARCASSA, Luciana. A educação física em face do projeto de modernização do Brasil (1900-1930): as histórias que se contam. *Pensar a prática*, Goiânia, v. 3, p. 82-95, jun. 2000.

MARINHO, Inezil Pena. História da educação física no Brasil. São Paulo: Cia. Brasil, s.d.

Bibliografia Complementar

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. Filosofia da educação. São Paulo: Moderna, 2000.

FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro. 2. ed. São Paulo: Scipione, 1991.

GAMBOA, Silvio Sánchez; FILHO SANTOS, José Camilo (Orgs.). Pesquisa educacional:

quantidade-qualidade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KUNZ, Elenor. Educação física: ensino e mudança. Ijuí: UNIJUÍ, 1991.

LARA, Tiago Adão. *Caminhos da razão no ocidente:* a filosofia ocidental do renascimento aos nossos dias. v. 3. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

LAZZAROTTI FILHO, Ari; SOUSA, Iracema Soares de. Direções teórico-metodológicas do curso de educação física da UFSC – identificando contradições. *Motrivivência*, Florianópolis, n. 13, p. 119-136, nov. 1999.

TUBINO, Manoel José Gomes. Esporte e cultura física. São Paulo: Ibrasa 1992.

. Dimensões sociais do esporte. São Paulo: Cortez 1992.

FUNDAMENTOS SÓCIO-ANTROPOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Estudo das teorias e metodologias da Sociologia da Educação e da Antropologia Social e Cultural na análise e compreensão das opções da educação física nas sociedades. A relação entre Educação Física, cultura, natureza e ecologia. Educação Física e a vivência crítica da cultura na compreensão da interface sócioantropológica e educação. A noção de corpo como construção cultural, suporte de símbolos, códigos e representações sociais. Formas de ocupação e política do tempo livre.

Bibliografia Básica

COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura e sociedade no Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SILVA, Ana Márcia. *Corpo, ciência e mercado*: reflexões acerca da gestação de um novo arquétipo da felicidade. Campinas, Florianópolis: Autores Associados, Editora da UFSC, 2001.

SOARES, Carmem Lúcia. *Educação física*: raízes européias e Brasil. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

Corpo e história. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

Bibliografia Complementar

ARON, R. As etapas do pensamento sociológico. Trad. Sergio Bath. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CANDAU, Vera Maria (org.). *Cultura(s) e educação*: entre o crítico e o pós-crítico. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

COSTA, C. Sociologia: introdução a ciência da sociedade. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

KRUPPA, Sonia M. P. Sociologia da educação. São Paulo: Cortez, 2001.

LAKATOS, E. Sociologia Geral. 6. ed. São Paulo: Atlas Editora, 1990.

SILVA, Ana Márcia. (Org). Práticas corporais: construindo outros saberes em Educação Física.

Florianópolis: Nauemblu Ciência e Arte, 2006.

TUBINO, Manoel José Gomes. Esporte e cultura física. São Paulo: Ibrasa 1992.

TUBINO, Manoel José Gomes. Dimensões sociais do esporte. São Paulo: Cortez 1992.

2º PERÍODO

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

História temática da educação brasileira, considerada nas suas inter-relações com o contexto mundial, no período compreendido entre os séculos XVI e XX: colonização e educação na América Portuguesa; a educação jesuítica; a reforma pombalina em Portugal e na América Portuguesa; o sistema escolar brasileiro nos períodos imperial e republicano; a nacionalização da educação; a educação entre a ditadura militar e a abertura política.

Bibliografia Básica

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. *Historia da educação no Brasil*. 28. ed. Petrópolis-RJ:Vozes, 2003. RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *Historia da educação brasileira*: a organização escolar. 16. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2000.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. Historia da educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Bibliografia Complementar

LOPES, Eliane Marta Teixeira. Historia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

XAVIER, Maria Elisabete. Historia da educação: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.

SAVIANI, Demerval, et al. *Historia da educação*: o debate teorico-metodológico atual. 2. ed. Campinas-SP: Histerdbr, 2000.

FUNDAMENTOS DIDÁTICOS DA EDUCAÇÃO

Introdução aos fundamentos básicos da Educação, Didática e Didática da Educação Física, contextualizados historicamente. Fundamentação teórica e construção epistemológica da Didática, articulando-a com a Educação, a Educação Física e as ciências afins. Princípios didático para o processo ensino-aprendizagem da educação física.

Bibliografia Básica

BORGES, C. M. F. *O professor de Educação Física e a construção do saber*. Campinas, SP: Papirus, 1998. GALLARDO, Jorge Sérgio Perez et. ali. *Didática da educação física:* a criança em movimento, jogo, prazer e transformação. São Paulo: FTD, 1998.

KUNZ, Elenor (Org.) Didática da educação física. vol 1. Ijuí-RS: EDUNIJUÍ, 2001.

_____ . (Org.) Didática da educação física. vol 2. Ijuí-RS: EDUNIJUÍ, 2002.

Bibliografia Complementar

CANDAU, Vera Maria. (Org.). Rumo a uma nova Didática. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

DARIDO, S.C. Educação física na escola: questões e reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino da educação física. São Paulo: Cortez, 1992.

COMENIUS, A. Didática Magna. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

OLIVEIRA, Maria Rita N. S. *A reconstrução da didática*: elementos teóricos-metodológicos. 4. ed. São Paulo: Papirus, 2002.

KUNZ, Elenor. Educação física: ensino e mudanças. Ijuí-RS: Unijuí, 1991.

__ . Transformação didático-pedagógica do esporte. Ijuí-RS: EDUNIJUÍ, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido. De professores, pesquisa e didática. Campinas: Papirus, 2006.

PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

A psicologia no contexto da modernidade e suas relações com a educação. Caracterização do desenvolvimento humano nas dimensões psico-motora, afetiva, cognitiva moral e social segundo as principais correntes teóricas da psicologia e sua contribuição para a compreensão dos processos educativos.

Bibliografia Básica

BEE, Helen. A criança em desenvolvimento. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BIAGGIO, Angela M. Brasil. Psicologia do desenvolvimento. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

FIGUEIREDO, Luís C. Mendonça; SANTI, Pedro L. Ribeiro. *Psicologia, uma (nova) introdução*: uma visão crítico-histórica da Psicologia como ciência. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2004.

Bibliografia Complementar

BARROS, Celia Silva Guimarães. *Pontos de psicologia do desenvolvimento*. 12. ed. São Paulo: Atica, 2004.

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. Psicologia e desenvolvimento humano. Petrópolis: Vozes, 1997.

PAPALIA, Diane E. Desenvolvimento humano. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

COOL, César; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro. *Desenvolvimento psicológico e educação*: psicologia da educação. Vol. 1, 2, 3. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

OLIVEIRA, Zilmar de M. Ramos de (org.). *A criança e seu desenvolvimento*: perspectivas para se discutir a educação infantil. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NEWCOMBE, Nora. *Desenvolvimento infantil*: abordagem de Mussen. 8. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

PROFISSÃO DOCENTE

A constituição histórica do trabalho docente. A natureza do trabalho docente. Trabalho docente e questões de gênero. A autonomia do trabalho docente. A proletarização do trabalho docente. Papel do Estado e a profissão docente. A formação e a ação política do docente no Brasil. A escola como *locus* do trabalho docente. Profissão docente e legislação.

Bibliografia Básica

CHARLOT, B. Formação dos professores e relação com o saber. Porto Alegre: Artmed, 2005.

ESTRELA, M. T. (Org.) Viver e construir a profissão docente. Porto, Portugal: Porto, 1997.

BORGES, Cecília; DESBIENS, Jean-François (orgs). Saber, formar e intervir para uma educação física em mudança. Campinas-SP: Autores Associados, 2005.

Bibliografia Complementar

COSTA, M. V. Trabalho docente e profissionalismo. Porto alegre: Sulina, 1996.

LESSARD, C. e TARDIF, M. O trabalho docente. São Paulo: Vozes, 2005.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti; REALI, Aline Maria de Medeiros Rodrigues (orgs). *Aprendizagem profissional da docência*: saberes, contextos e práticas. São Carlos-SP: EdUfscar, 2002.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude (orgs). *O oficio de professor:* história, perspectivas e desafios internacionais. São Paulo: Vozes, 2008.

NÓVOA, António (Org.) Vidas de professores. Porto, Portugal: Porto, 1992.

INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO

O conceito de método científico no transcorrer da história. Aproximação do conhecimento da realidade a produção de conhecimento. O conceito de pesquisa e suas abordagens e a formulação do trabalho acadêmico.

Bibliografia básica

CARVALHO, Maria Cecília M. de (org.). *Construindo o saber*: metodologia científica, fundamentos e técnicas. 10. ed. Campinas-SP: Papirus, 1999.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

Bibliografia complementar

BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto. *A bússola do escrever*. Florianópolis: Ed. UFSC; São Paulo: Cortez, 2006.

COSTA, Ana Rita F. et al. *Orientações metodológicas para produção de trabalhos acadêmicos*. 4. ed. Maceió: EDUFAL, 2000.

FLEGNER, Attila; DIAS, João C. *Pesquisa e metodologia*: manual completo de pesquisa e redação. Rio de janeiro: S.E., 1995.

MAYS, C. P. N. Pesquisa qualitativa na atenção à saúde. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

OLIVEIRA, I. B; ALVES, N. (Orgs). *Pesquisa no/do cotidiano das escolas*: sobre redes e saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SANTOS, Izequias E. dos. *Textos selecionados de métodos e técnicas da pesquisa científica*. 2. ed. Rio de Janeiro: IMPETUS, 2000.

METODOLOGIA DO ENSINO E PESQUISA EM HANDEBOL

Conhecimento teórico-prático dos fundamentos técnicos e regras básicas do handebol e suas distintas manifestações esportivas e culturais com intuito de promover o conhecimento e a ressignificação de suas características em contextos escolares. Reflexão acerca de práticas docentes no ensino do handebol no contexto escolar. Organização de eventos de natureza esportiva.

Bibliografia Básica

ASSIS, Sávio. Reinventando o esporte: possibilidades da prática pedagógica. Campinas-SP: Autores Associados, 2001.

MELO, Rogério Silva de. Esportes de Quadra. 2. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

KALININE. Iouri.; SCHONARDIE FILHO, Leopoldo. *Handebol*: programas didáticos para estudantes universitários da área de Educação Física e Desportos. Ijuí-RS: Ed. Unijuí, 1997.

Bibliografia Complementar

ALBERT, H. E ROTHENBERG, L. Ensino de jogos esportivos. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984.

CAVALCANTE, O. A Clínica de Handebol para o Ensino Especial. s.l.. 1990.

MELHEM, Alfredo. Brincando e Aprendendo Handebol. Rio de Janeiro: Sprint, 2002. Livro+Vídeo.

KASLER, H. Handebol: do aprendizado ao jogo disputado. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1994.

MECCHIA, João Marin . Handebol: da iniciação ao treinamento. Curitiba: Itaipu, 1981.

REGRAS OFICIAIS DE HANDEBOL. Editora Sprint/Palestra Edições

SANTOS, Rogério dos. Handebol: 1000 exercícios. 3. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

SILVA, Pedro Antônio da. Jogos Poliesportivos: 2000 exercícios. Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

METODOLOGIA DO ENSINO E PESQUISA EM ATLETISMO

Conhecimento teórico-prático de fundamentos técnicos e regras básicas do atletismo e suas diferentes manifestações esportivas e culturais, com o intuito de promover o conhecimento e a ressignificação de suas características em contextos escolares. Participação na organização e promoção de eventos esportivos. Reflexão sobre pesquisas e práticas educativas envolvendo o trabalho com o atletismo na escola.

Bibliografia Básica

BARROS, N.; RICIERI, D. Atletismo nas escolas. 3. ed. São Paulo: Apoio, 1991.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO. *Regras Oficiais de Atletismo*. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

MATTHIESEN, Sara Quenzer. *Atletismo*: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. Coleção Educação física no ensino superior.

Bibliografia Complementar

ROSE JR., Dante de. *Esporte e atividade física na infância e na adolescência*: uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2002.

FERNANDES, José Luis. Atletismo. Os Saltos. São Paulo: EPU- EDUSP, 1978.

. Atletismo. Os Arremessos. São Paulo: EPU - EDUSP. 1978.

_. Atletismo. As Corridas. São Paulo: EPU- EDUSP, 1978.

ANATOMIA HUMANA

Introdução ao estudo da Anatomia. Nomenclatura anatômica. Estudo dos sistemas: sistema esquelético, sistema articular, sistema muscular, sistema respiratório, sistema digestivo, sistema urinário e sistema circulatório.

Bibliografia Básica

D'ÂNGELO; FATTINI. Anatomia humana sistêmica e segmentar. São Paulo: Atheneu, 1994.

FATTINI, C.A. Anatomia básica dos sistemas orgânicos. São Paulo: Atheneu, 1997.

TORTORA, G.J. Fundamentos de anatomia e fisiologia. Porto Alegre: Artmed, 2001.

Bibliografia Complementar

GRAY, H.; Goss, C. M. Anatomia. 29. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

KAPANDJI, I. Fisiologia articular. São Paulo: Manole, 1990.

MACHADO, A. Neuroanatomia funcional. São Paulo: Atheneu, 1992.

PUTZ, R.; PABST, R. Sobotta: atlas de anatomia humana. 20. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.

SOBOTTA, A. J. Atlas de Anatomia Humana. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DO LAZER

Estudos da recreação e lazer - tempo livre. Jogos: classificação e teorias. Organização, planejamento e desenvolvimento de atividades recreativas. Seleção de atividades e processos pedagógicos. Políticas públicas do lazer - turismo e meio ambiente.

Bibliografia Básica

DE FRANCESCHI NETO, M. *Lazer*: opção pessoal. Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação, 1993.

MARCELINO, Nelson Carvalho. Lazer e Educação. 3. ed. São Paulo: Papirus, 1995.

MASCARENHAS, Fernando. *Lazer como prática da liberdade*: uma proposta educativa para a juventude. 2 ed. Goiânia: Ed. UFG, 2004.

Bilbiografia Complementar

CUTRERA, J. C. Recreação. São Paulo: Ceitec, 1993.

CAMARGO, Luiz O. Lima. O que é lazer? São Paulo: Brasiliense, 1998. Coleção Primeiros Passos.

DIECKERT, J. Esporte de lazer: tarefa e chance para todos. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1995.

GUERRA, Marlene. Recreação e Lazer. Rio de Janeiro: Safar, 1998

MASCARENHAS, Fernando; FERREIRA, C. S.; AVELAR, I.S. (Orgs) *Produção de conhecimento em educação física e esportes na UFG.* Goiânia: FEF/UFG, 1999.

PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM

Os processos de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento da criança e do adolescente: as contribuições de Piaget, Wallon e Vygotsky. Ênfase aos processos de interação sócio-cultural para a construção do conhecimento e a afirmação dos sujeitos sociais.

Bibliografia Básica

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. *Psicologia da aprendizagem*. 32. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002. PATTO, Maria Helena Souza. *Introdução a psicologia escolar*. 3. ed. São Paulo: Casa psicólogo, 1997. SALVADOR, Cezar Coll. *Psicologia da educação*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Bibliografia Complementar

FOULIN, Jean-Noel. Psicologia da educação. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIAGET, Jean. Epistemologia genética. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

. O juízo moral da criança. 3. ed. São Paulo: Summus, 1994.

TAILLE, Yves de La. Teoria psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

VIGOTSKI, L.S. Pensamento e linguagem. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VIGOTSKI, L.S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.

São Paulo: Martins Fontes, 2000.

WALLON, Henri. A evolução psicológica da criança. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

4º PERÍODO

BIOMECÂNICA

Análise biomecânica dos movimentos, enfocando sustentação, equilíbrio gravitacional, projeção do corpo absorção de forças de impacto. Descrição das propriedades mecânicas musculares. Descrição do controle motor do músculo esquelético. Educação psicomotora. Correlações entre as diferentes faixas etárias e o desenvolvimento motor. Mecanismos musculares e padrões fundamentais de movimento, da capacidade perceptiva e motora.

Bibliografia Básica

ENOKA, Roger, M. Bases neuromecânicas de cinesiologia. São Paulo: Manole, 2000.

CARR, GERRY. Biomecânica dos esportes. São Paulo: Manole, 1998.

HALL, S. Biomecânica básica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

Bibliografia Complementar

BURKI, RACH. Cinesiologia e Anatomia Aplicada. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1977.

CHAITOW, Leon. Técnicas neuromusculares modernas. São Paulo: Manole, 2001.

SMITH, LAURA K. Cinesilogia clínica de Brunstrom. 4. ed. São Paulo: Manole, 1989.

FISIOLOGIA HUMANA

Introdução à fisiologia humana. Fisiologia dos sistemas: digestório, cardiovascular, respiratório, endócrino, renal e líquidos corporais. Neurofisiologia. Fenômenos fisiológicos ocorrentes no organismo como efeito do exercício crônico; relações com treinamento, meio ambiente, estado nutricional, crescimento, desenvolvimento, envelhecimento e saúde.

Bibliografia Básica

FOSS, Fox. *Bases fisiológicas do exercício físico e do esporte*. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. KAWAMOTO, Emília Emi. *Anatomia e Fisiologia Humana*. São Paulo: EPU, 2006.

Mc ARDLE, W. D. Fisiologia do exercício. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

Bibliografia Complementar

LIPPERT, Herbert; HERBOLD, Desiree; LIPPERT-BURMESTER, Wunna. *Anatomia*: texto e atlas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan: 2005.

WEINECK, Jurgen. Biologia do Esporte. São Paulo: Manole, 1991.

WILLMORE, Jack H; COSTILL, David L. Fisiologia do Esporte e do Exercício. São Paulo: Manole, 2001.

METODOLOGIA DO ENSINO E PESQUISA EM VOLEIBOL

Conhecimento teórico-prático dos fundamentos técnicos e regras básicas do voleibol e suas diferentes manifestações esportivas e culturais, com o intuito de promover o conhecimento e a ressignificação de suas características em contextos escolares. Participação na organização e promoção de eventos esportivos. Reflexão sobre pesquisas e práticas docentes no ensino de voleibol no contexto escolar.

Bibliografia Básica

CRISOSTOMO, João; BOJIKIAN, Luciana Perez. Ensinando Voleibol. 4. ed. São Paulo: Phorte, 2008.

COSTA, Adilson Donizete da. *Voleibol:* Fundamentos e Aprimoramento Técnico. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

DURRWACHTER, Gerhard. Voleibol: treinar jogando. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1984.

Bilbiografia Complementar

BERTHOLD, Frohner; RADDE, Kurt; DORING, Fritz. Escola de Voleibol: para apoio as aulas de educação

física.: Ediouro, 1983.

MORAVIA, Otto. VoleiboL: 1000 exercícios. 5. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

SUVOROV, Y. P.; GRISHIN, O.N. Voleibol: iniciação. vol. 1. 3. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.

SUVOROV, Y. P.; GRISHIN, O.N. Voleibol: iniciação. vol. 2. 3. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

METODOLOGIA DO ENSINO E PESQUISA EM NATAÇÃO

Conhecimento teórico-prático dos fundamentos técnicos, dos estilos e das regras básicas da natação.

Estudo dos métodos de ensino e pesquisas sobre a natação em contextos escolares, esportivos e de lazer e suas possibilidades para o desenvolvimento e formação humana de crianças, jovens e adultos.

Bibliografia básica:

MAGLISCHO, Ernest. Nadando ainda mais rápido. São Paulo: Manole, 1999.

COLWN, Cecil M. Swimming Dynamics. Illinois – USA: Masters Press, 1998.

LIMA, William U. de. Ensinando natação. São Paulo: Phorte, 1999.

Bibliografia complementar:

ALVARENGA, José G.S. Natação: técnicas e educativos. Brasília-DF: Linha Gráfica, 1997.

BARBANTI, Valdir J. Dicionário de Educação Física e Esporte. São Paulo: Manole, 2003.

BREMS, Marianne. O nadador em forma. São Paulo: Manole, 1986.

CABRAL, Fernando; SANDERSON, Cristina. Natação: 1000 Exercícios. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.

COLWIN, Celi M. Nadando para o Século XXI. São Paulo: Manole, 2000.

GATTEAU, Raymond; GAROFF, Gerard. O Ensino da natação. 3. ed. São Paulo: Manole, 1988.

MACHADO, David C. Metodologia da natação. 2. ed. São Paulo: Esporte e Educação, 1986.

PALMES, Mervynil. A Ciência do ensino da natação. São Paulo: Manole, 1990.

5° PERÍODO

METODOLOGIA DO ENSINO E PESQUISA EM FUTEBOL

Conhecimento teórico-prático dos fundamentos técnicos, dos estilos e das regras básicas de natação. Estudo dos métodos de ensino e pesquisas sobre a natação em contextos escolares, esportivos e de lazer e suas possibilidades para o desenvolvimento e formação humana de crianças, jovens e adultos.

Bibliografia Básica

MANHÃES, E.D. João sem medo: futebol-arte e identidade. Campinas-SP: Pontes Livros, 2004.

SANTANA, Wilton Carlos. *Futsal*: apontamentos pedagógicos na iniciação e na especialização. Campinas-SP: Autores Associados, 2004.

TEIXEIRA JÚNIOR, Jober. Futebol de salão: uma nova visão pedagógica. Porto Alegre-RS: Sagra, 1992.

Bibliografia Complementar

BROTTO, F.O. Jogos cooperativos: o jogo e o esporte de convivência. Santos-SP: Cooperação, 2001.

BRUHNS, H.T. Futebol, carnaval e capoeira: entre as gingas do corpo brasileiro. Campinas: Papirus, 2002.

DAMO, A.S. *Futebol e identidade social*: uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

GRECO, Pablo Juan., BENDA, Rodolfo Novellino. *Iniciação esportiva universal*: da aprendizagem motora ao treinamento técnico. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

RANGEL-BETTI, I. C. Esporte na escola: mas é só isso, professor? *Motriz*. v. 1, n.1, jun. p. 25-31, 1995.

OLIVEIRA, J. J. (Org.). A nova gestão do futebol. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

VOSER, Rogério da Cunha. Análise das intervenções pedagógicas em programas de iniciação ao futsal. Pelotas-RS: RC Voser, 1999.

DANÇA E MANIFESTAÇÕES RITMICAS EXPRESSIVAS

A linguagem simbólica do movimento Metodologia da dança no currículo de educação física. Aspectos constituintes do ritmo da expressão corporal. Caracterização do repertório rítmico e expressivo no movimento. Vivências pessoais da cultura rítmica através do movimento. A consciência corporal na exploração de movimentação do corpo a partir da orientação no espaço. Noções de postura, disciplina e formas de movimento puro e simples. Criação e estética do movimento na dança.

Bibliografia Básica

BOULCH, Jean L P A. *Rumo a uma ciência do movimento humano*. Rio de Janeiro: Ed. A. M. S., 1987. LABAN, Rudolf. *Domínio do Movimento*. São Paulo: Editorial 1971.

MARQUES, I. Dançando na escola. São Paulo: Cortez, 2005

Bibliografia complementar

CHALLANGUIER, Claude e BOSSU, Henri. *A expressão corporal*: método e prática. Rio de Janeiro: Entrelivros, 1998.

WELLS, Renee . O Corpo se expressa e dança. São Paulo: Francisco Alves, 1984.

MOURA, Ieda C. Musicalizando crianças: teoria e prática da educação musical. São Paulo: Ática, 1989.

VERDERI, Érica. Encantando a Educação Física. São Paulo: Sprint, 1997.

FUNDAMENTOS DA GINÁSTICA

Histórico e evolução dos exercícios físicos ginásticos e sua classificação. Estudo e aplicações dos movimentos fundamentais e naturais das capacidades físicas e das habilidades motoras e suas relações com as potencialidades para o movimento de cada faixa etária. Utilização dos movimentos e materiais próprios da Educação Física na elaboração das atividades ginásticas. Formações ginásticas individual, duplas, trios e pequenos grupos. Estrutura e planejamento de seqüências de exercícios ginásticos e a composição das rotinas de uma aula. A ginástica como conteúdo das aulas de Educação Física escolar.

Bibliografia Básica

BARBANTI, Valdir. *Treinamento físico*: bases científicas. Rio de janeiro: CLR Balieiro, 1996. GAIO, Roberta. *Ginástica rítmica desportiva "popular":* uma proposta educacional. São Paulo: Robe, 1996. NUNOMURA, M.; NISTA-PICCOLO, V. *Compreendendo a ginástica artística*. São Paulo: Phorte, 2005

Bibliografia Complementar

DANTAS, Estélio H. M. Flexibilidade, alongamento e flexionamento. São Paulo: Shape, 1999.

SANTOS, C. R. Gymnica 1000 Exercícios. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

PUBLIO, N. S. Evolução Histórica da Ginástica Olímpica. São Paulo: Phorte, 1998.

MARINHO, Inezil Penna. Sistemas e métodos da Educação Física. São Paulo: Manole, 1985.

CERRUTO, Elena. No ritmo do coração: dançaterapia entre oriente e ocidente. São Paulo: Phorte, 2009.

PROJETO DE ESTÁGIO

Memorial: concepção e prática. Projeto de Estágio: análise de experiências docentes, em escolas de Educação Básica, com respaldo teórico e crítico. Análise de Práticas pedagógicas, reflexivas, criativas e críticas, teoricamente fundamentadas para a docência de Educação Física na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Bibliografia Básica

ANDRÉ, M. *O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores*. Campinas-SP: Papirus, 2001. PIMENTA. Selma Garrido.; LIMA. Maria do Socorro Lucena. *Estagio e docência*. São Paulo: Cortez, 2004. SOUZA, Eliseu Clementino de. *O Conhecimento de si*: estágio e narrativas de formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Bibliografia Complementar

FREITAS, Helena Costa Lopes de. *O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios*. Campinas-SP: Papirus, 1996.

NÓVOA, Antônio (Org.) Profissão professor. Porto-Portugal: Porto Editora, 1995.

MOREIRA, Herivelto. *Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? São Paulo, Cortez, 1994.

6° PERÍODO

METODOLOGIA DO ENSINO E PESQUISA EM BASQUETEBOL

Conhecimento teórico-prático dos fundamentos técnicos e regras básicas do Basquetebol e suas diferentes manifestações esportivas e culturais objetivando o reconhecimento, o domínio, a transmissão e a ressignificação de suas características em contextos da aprendizagem escolar. Participação na organização de eventos esportivos. Reflexão sobre pesquisas e práticas de ensino do voleibol na escola.

Bibliografia Básica

ASSIS, Sávio. *Reinventando o esporte*: possibilidades da prática pedagógica. Campinas-SP: Autores Associados, 2001.

COUTINHO, Nilton Ferreira. Basquetebol na escola. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

FERREIRA, Aluísio Elias Xavier. *Basquetebol técnicas e táticas:* uma abordagem didático-pedagógica. São Paulo: EPU-USP, 1987.

Bibliografia Complementar

GRECO, Pablo Juan. Iniciação Esportiva Universal. Belo Horizonte-MG: Ed. UFMG, 1998.

NETO, Walter P. Carvalho. Basquetebo: sistemas de ataque e defesa. Rio de Janeiro: Sprint, 2001. Livro + CD.

STOCKER, G. et al. Basquetebol: sua prática na escola e no lazer. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1993.

SCAGLIA, J.A.; PICCOLO, V.L. (orgs). Pedagogia dos Esportes. Campinas-SP: Papirus, 1999.

TEIXEIRA, H. V. Educação física e desportos. São Paulo: Saraiva, 1995.

FOLCLORE BRASILEIRO: DANÇAS E FOLGUEDOS

Estudo das danças e folguedos folclóricos brasileiros e sua aplicabilidade nas escolas e em outras situações pedagógicas.

Bibliografia Básica

ALVARENGA, Oneyda. Música popular brasileira. Porto Alegre-RS: Ed. Globo, 1960.

FRADE, Cáscia. Folclore Brasileiro. Rio de Janeiro: Funarte/MEC, 1979.

MARQUES, I. Dançando na escola. São Paulo: Cortez, 2005.

Bibliografia Complementar

ALVARENGA, Oneyda. Cultura popular brasileira. São Paulo: Mec/inl, 1973

ANDRADE, Mário. Danças dramáticas brasileiras. vol. 1, 2, 3. São Paulo: Martins Ed., 1962.

LIMA, Rossini T. Folguedos populares do Brasil. São Paulo: Ed. Ricordi, s/d.

ARAUJO, Alceu M. Folclore nacional. vol. 1, 2, 3. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

CASCUDO, Luis da C. Dicionário do Folclore Brasileiro. Rio de janeiro: INL, 1979.

ATIVIDADES AQUÁTICAS

Conceitos, evolução e histórico das atividades aquáticas. Metodologia e técnicas das diversas atividades e possibilidades de movimento do ser humano no meio aquático. Atividades lúdicas de recreação e lazer na água. Fundamentos teóricos e práticos do nado sincronizado, pólo aquático e hidroginástica. Atividades físicas aquáticas adaptadas à realidade escolar.

Bibliografia Básica

BALEM, Glenda. Aquaeróbica: manual de treinamento. São Paulo: Manole, 2000.

ROCHA, Julio Cézar C. Hidroginástica: teoria e prática. São Paulo: Sprint, 2001.

BARBOSA, Marcello. Treinamento Personalizado. São Paulo: Phorte, 2007.

Bibliografia Complementar

LIMA, E. L. A prática da natação para bebês. São Paulo: Fontoura, 2004.

PAULO, M.N. Ginástica Aquática. São Paulo: Sprint, 1994.

SIMÕES, Regina Maria Rovigati. Hidroginástica: propostas de exercícios para idosos. São Paulo: Phorte: 2007.

PEREIRA, Maurício Duran. Aprendendo a nadar em ludicidade. São Paulo: Phorte, 2005.

EDUCAÇÃO ESPECIAL E MOVIMENTO CORPORAL

Etiologia das deficiências. Estudo das necessidades especiais, dos fatores sociais, afetivos, cognitivos e motores. Potencialidades de desenvolvimento das capacidades individuais através da Educação Física. Aspectos éticos e político-educacionais da inclusão e da integração. Noções de planejamento dos espaços físicos para deficientes das diversas necessidades especiais. Características gerais das pessoas com Necessidades Especiais (PNEs): Deficiência Visual, Auditiva, Intelectual e Física. Atividades físicas e esportivas para PNEs. Formas de atuação profissional – Prática de Ensino.

Bibliografia Básica

RIBAS. J.B.C. *O que são pessoas deficientes*. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1993. Coleção Primeiros Passos. PEDRINELLI. V.J. et.al. *Educação Física e desportos para pessoas portadoras de deficiência*. BRASÍLIA: MEC-SEDES. SESI-DN, 1994

FREITAS, P.S. *Noções sobre Educação Física e Esporte para pessoas portadoras de deficiência*: uma abordagem para professores de 1º e 2º graus. Uberlândia-MG: Gráfica Breda. 1997.

Bibliografia Complementar

FARIAS, M. C. C. O professor de educação física e suas representações acerca do aluno portador de deficiência mental. *Revista Artus de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, 1997. Edição especial.

GLATT, R. A integração social dos portadores de deficiências: uma reflexão. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995.

LEMOS, É. R. *Educação de excepcionais*: evolução histórica e desenvolvimento no Brasil Tese (Livre - Docência) - UFF, Niterói, 1981.

ESTÁGIO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Análise do estágio como atividade teórico-prática. Estágio como práxis na educação física desenvolvida na Educação Infantil. Observação, organização e desenvolvimento de atividades com alunos em escolas de ensino Infantil e primeira fase do ensino fundamental, sob acompanhamento e supervisão de professores da escola e da Instituição, de acordo com as normas e regulamentos específicos.

Bibliografia Básica

CAPAROZ, Francisco Eduardo. *Entre a educação física da escola e a educação física na escola*: a educação física como componente curricular. Vitória-ES: UFES, 1997.

PIMENTA, S.G. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001

TAFFAREL, Celi. Criatividade nas aulas de educação física. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1990.

ROSE JR., Dante de. *Esporte e atividade física na infância e na adolescência*: uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Bibliografia Complementar

ANTUNES, Celso. Um método para o ensino fundamental: o projeto. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

ALONSO, Mirtes (org.) O trabalho docente: teoria e prática. São Paulo: Pioneira, 1999.

BARBANTI, Valdir J. Dicionário de educação física e esporte. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2003.

ECKERT, HELEN M. Desenvolvimento motor. São Paulo: Manole, 1993.

GONZÁLES, J.; FENSTERSEIFER, P.E. Dicionário Crítico de Educação Física. Ijuí-RS: Ijuí, 2005. (Coleção Educação Física).

ROSA, Dalva E. Gonçalves; SOUZA, Vanilton Camilo de (orgs.) *Didática e práticas de ensino*: interfaces com diferentes saberes e lugares formativos. Rio de Janeiro : DP&A, 2006.

BATISTA, Luíz Carlos. da C. Educação Física no Ensino Fundamental. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

SOUSA E. S. & VAGO, T. M. (Orgs.). *Trilhas e partilhas*: educação física na cultura escolar e nas práticas sociais. Belo Horizonte: UFMG, 1997.

PICONEZ, C. B. (org.). Prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas: Papirus, 1999.

7° PERÍODO

PROJETO DE TCC

Problemática de investigação discente e da orientação docente, a partir do "estado da arte" em Educação Física. Elaboração do projeto de pesquisa com orientador.

Bibliografia Básica

BARROS, Aidil Jesus Paes de. *Projeto de pesquisa*: propostas metodológicas. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999

BRACHT, V. et al. *Pesquisa em ação*: educação física na escola. Ijuí: UNIJUÍ, 2003.

MOLINA NETO, Vicente (org). *A pesquisa qualitativa em Educação Física*. Porto Alegre: Sulina, 1999.

Bibliografia Complementar

ALVES-MAZZOTTI, Alda J. e GEWANDSZNDAJDER, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais*: pesquisas quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.

MOROZ, Melania. O processo de pesquisa: iniciação. Brasília: Plano Editora, 2000.

TRIVINOS, Augusto Nibaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TEORIAS DO CURRÍCULO

Estudo dos conceitos e fundamentos de currículo. As tendências tradicionais, crítica e pós-crítica no campo do currículo. O processo de seleção, organização e distribuição do conhecimento no currículo escolar. O currículo e a política educacional brasileira. Propostas e programas curriculares desenvolvidas nas escolas de educação básica.

Bibliografia Básica

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade*: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica. 1999.

MOREIRA, Antonio Flavio (org.). Currículo, cultura e sociedade. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Escola fundamental*: curriculo e ensino. 2. ed. Campinas-SP: Papirus, 1995.

Bibliografia Complementar

CORAZZA, Sandra. O que quer um currículo? 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

__.Políticas educacionais e (re)significações do currículo. Campinas-SP: Alínea, 2006.

GOODSON, Ivor F. Currículo: teoria e história. Petrópolis-RJ:Vozes, 1995.

SACRISTAN, J. Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a pratica. 3. ed. Porto Alegre-RS: Artmed,

2000.

CAPAROZ, Francisco Eduardo. *Entre a educação física da escola e a educação física na escola*: a educação física como componente curricular. Vitória-ES: UFES, 1997.

ESTÁGIO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Estágio como práxis na educação física desenvolvida na Educação Infantil. Observação, organização e desenvolvimento de atividades com alunos em escolas de ensino fundamental, sob acompanhamento e supervisão de professores da escola e da Instituição, de acordo com as normas e regulamentos específicos.

Bibliografia Básica

FARIA JÚNIOR, A. G. e outros. *Prática de ensino em educação física*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. TAFFAREL, Celi. *Criatividade nas aulas de educação física*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1990. PICONEZ, C. B. (org.). *Prática de ensino e o estágio supervisionado*. Campinas-SP: Papirus, 1999.

Bibliografia Complementar

ANTUNES, Celso. *Um método para o ensino fundamental*: o projeto. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001. ALONSO, Mirtes (org.) *O trabalho docente*: teoria e prática. São Paulo: Pioneira, 1999. PIMENTA, S.G. *O estágio na formação de professores*: unidade teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001 ROSA, Dalva E. Gonçalves; SOUZA, Vanilton Camilo de (orgs.) *Didática e práticas de ensino*: interfaces com diferentes saberes e lugares formativos. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO

O processo de intervenção do Estado nas políticas públicas e de educação no Brasil. A política, a legislação e as tendências educacionais para a Educação Básica, no contexto das mudanças estruturais e conjunturais da sociedade brasileira. A organização e o funcionamento da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio no Brasil e no Tocantins. A Legislação Educacional Brasileira: Lei 9394/96, Constituições - Federal e Estadual – Leis orgânicas dos municípios. O financiamento da educação e seus reflexos sobre a vida profissional dos trabalhadores em educação: formação, carreira e organização política.

Bibliografia Básica

AZEVEDO, Janete M. Lins de. *A educação como política pública*. 2. ed. Campinas-SP: Autores associados, 2001.

CASTELLANI FILHO, Lino. *Política Educacional e Educação Física*. Campinas: Autores Associados, 1998. CARVALHO, Alysson et al (Orgs). *Políticas públicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Proex, 2002.

Bibliografia Complementar

CURY, Carlos Roberto Jamil. Legislação educacional brasileira. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

_______. A educação nas constituintes brasileiras: 1823 – 1988. 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2001.

DEMO, Pedro. A nova LDB: ranços e avanços. 17. ed. Campinas-SP: Papirus, 2004.

DOURADO, Luiz Fernandes e PARO, Vítor Henrique. *Políticas públicas & educação básica*. São Paulo: Xamã, 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. *Concepção dialética da história*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização.* 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NORONHA, Olinda Maria. *Políticas neoliberais, conhecimento e educação*. Campinas-SP: Alínea, 2001

SHIROMA, Eneida; MORAES, Maria Célia e EVANGELISTA, Olinda. *Política educacional*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

LIBRAS

Introdução: aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. A Língua de Sinais Brasileira - Libras: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audio-visuais; Noções de variação. Praticar Libras: desenvolver a expressão visual-espacial.

Bibliografia Básica

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Língua Brasileira de Sinais*. Brasília: SEESP/MEC, 1998

FELIPE, Tânia. LIBRAS em contexto. 7 ed. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

SACKS, Oliver W. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

Bibliografia Complementar

SKLIAR, Carlos. A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STRNADOVÁ, Vera. Como é ser surdo. São Paulo: Babel, 2000.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; OMOTE, Sadao; GIROTO, Cláudia Regina Mosca (orgs). *Inclusão escolar*: as contribuições da educação especial. São Paulo: Cultura Acadêmica, Marília: Fundepe, 2008.

8º PERÍODO

HIGIENE E SOCORROS DE URGÊNCIA

HIGIENE - Prevenção de doenças, cuidados corporais, alimentares e do vestuário. Hábitos nocivos à saúde, saneamento de locais para a prática da Educação Física. SOCORROS DE URGÊNCIA – Métodos básicos de assistência em situações de emergência. Procedimentos de emergência e preventivos.

Bibliografia Básica

ROUQUAYROL, Maria Zélia. Epidemiologia e Saúde. 4. ed. Rio de Janeiro: Medsi, 1993.

NOVAES, Jefferson da Silva; NOVAES, Geovanni da Silva. *Manual de primeiros socorros para Educação Física*. São Paulo: Sprint, 1994.

GONÇALVES, Aguinaldo de. Coletiva e Saúde: urgência em educação física. Campinas-SP: Papirus, 1997.

Bibliografia Complementar

HAFEN, B.Q; KARREN, K.J.; FANDSEN, K.J. *Guia de primeiros Socorros para estudantes*. São Paulo: Manole, 2002.

FLEGEL, M.J. Primeiros Socorros no esporte. São Paulo: Manole, 2002.

BERGERON, J.D; BIZJAK, G. Primeiros Socorros. São Paulo: Atheneu, 1999.

DU GAS, B. W. Enfermagem Prática. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

ESTÁGIO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO

Contexto da Educação Física no cenário do ensino médio. Características da faixa etária do aluno no ensino médio. Concepção desenvolvimentista na educação física.

Bibliografia Básica

FARIA JÚNIOR, A. G. et al. *Prática de ensino em educação física*. Rio de Janeiro: Guanabara 1987. TAFFAREL, Celi. *Criatividade nas aulas de educação física*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1990. PICONEZ, C. B. (org). *Prática de ensino e o estágio supervisionado*. Campinas-SP: Papirus, 1999.

Bibliografia Complementar

ANTUNES, Celso. Um método para o ensino fundamental: o projeto. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

ALONSO, Mirtes (org.) O trabalho docente: teoria e prática. São Paulo: Pioneira, 1999.

PIMENTA, S.G. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001

ROSA, Dalva E. Gonçalves; SOUZA, Vanilton Camilo de (orgs.) Didática e práticas de ensino: interfaces com

diferentes saberes e lugares formativos. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

ÉTICA E EDUCAÇÃO

A mudança dos valores morais na formação social moderna e a educação moral. Tendências éticas no mundo contemporâneo. A escola e a formação do sujeito ético. Conceitos centrais: moral, valores morais, ética, ética e política, condição humana, consciência ética.

Bibliografia Básica

BORGES, Maria de Lourdes. Ética. Petrópolis-RJ: DP&A, 2002.

LOMBARDI, José Claudinei; GOERGEN, Pedro (Org). Ética e educação: reflexões filosóficas e históricas. Campinas-SP: Autores associados, 2005.

SUNG, Jung Mo; SILVA, Josue Candido da. *Conversando sobre ética e sociedade*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006. VASQUEZ, Adolfo Sanchez. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

Bibliografia Complementar

ANTUNEZ, Serafin. Disciplina e convivência na instituição escolar. São Paulo: Artmed, 2006.

CAPORALI, Renato. Ética e educação. São Paulo: Gryphus, 1999.

DUSSEL, Henrique. Ética da libertação. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Manfredo Araujo de. Ética e praxis histórica. São Paulo: Ática, 1995.

PEGORARO, Olinto. Introdução à ética contemporânea. Rio de Janeiro: Uapê, 2005.

SILVA, Nelson Pedro. Ética, indisciplina & violência nas escolas. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

VASCONCELOS, Maria L. M. Carvalho. (In)Disciplina, escola e contemporaneidade. São Paulo: Intertexto, 2006.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Execução do projeto de pesquisa. Apresentação e defesa do trabalho de conclusão de curso perante banca examinadora.

Bibliografia Básica

COSTA, Marisa Vorraber (org.). *Caminhos investigativos I*: novos olhares na pesquisa em educação. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

COSTA, Marisa Vorraber (org.). *Caminhos investigativos II*: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LAVILLE, Chistian. *A Construção do saber:* manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda, 1999.

Bibliografia Complementar

REA, Louis M. Metodologia de pesquisa: do planejamento à execução. São Paulo: Pioneira, 2000.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 22. ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Cortez, 2002.

TOCANTINS. Universidade Federal do Tocantins. *Manual de elaboração e defesa de monografia do curso de pedagogia*. Miracema: Campus de Miracema, 2006. (publicação interna)

VIANA, Heraldo Marelim. Pesquisa em educação: a observação. Brasília: Plano Editora,2003.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

SAÚDE VOCAL DO DOCENTE

Assimilação de aspectos teórico-práticos dos mecanismos de Respiração, Articulação e Voz, bem como de Saúde e Higiene Vocal, Psicodinâmica Vocal e uso da voz nas diferentes realidades da sala de aula.

Bibliografia Básica

BEHLAU, M.; DRAGONE, M.L.S.; NAGANO, L. *A voz que ensina*: o professor e a comunicação oral em Sala de Aula. Rio de Janeiro: Revinter Ltda., 2004.

BEUTTENMÜLLER, G.; LAPORT, N. Expressão Vocal e Expressão Corporal. Rio de janeiro: Enelivros, 1992.

SILVA, Marta A de Andrade; FERREIRA, Leslie P. *Saúde vocal*: práticas fonoaudiológicas. São Paulo: Roca, 2006.

Bibliografia Complementar

BOONE, Daniel R. A voz e a terapia vocal. São Paulo: Artmed, 2006, Porto Alegre: Artes Médicas Editora, 1996.

FERREIRA, L. Trabalhando a voz: novos enfoques em fonoaudiologia. São Paulo: Summus, 1988.

FREEMAN, Margaret; FAWCUS, Margaret. *Distúrbios da voz e seu tratamento*. 3. ed. São Paulo: Santos, 2004. GRENNE, M.C.L. *Distúrbios da Voz*. São Paulo: Manole, 1989.

CULTURA POPULAR E MOVIMENTO

Bibliografia Básica

NEIRA, Marcos G. Pedagogia da Cultura Corporal. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2008.

ARANTES, Antônio Augusto. *O que é Cultura Popular*. São Paulo: Brasiliense, 1981. Coleção Primeiros Passos.

AYALA, M.; AYALA, M. I. N. Cultura popular no Brasil: perspectiva de análise. São Paulo: Ática, 1987.

Bibliografia Complementar

BURKE, Peter. Cultura popular na idade moderna. Europa, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CANCLINI, Nestor Garcia. As Culturas Populares no Capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

KUPER, Adam. Cultura: a visão dos antropólogos. Bauru-SP: EDUSC, 2002.

DA MATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ORTIZ, Renato. Românticos e Folcloristas: cultura popular. São Paulo: Olho d'Água, 1992.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão*: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964). Rio de Janeiro: Funarte, 1997.

BRANDÃO, Carlos. O que é Folclore. São Paulo: Brasiliense, 1982. Coleção Primeiros Passos.

AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Fundamentação teórica sobre os conceitos de avaliação. Medidas e avaliação em ginástica segundo diversos autores. Diferenças enquanto conceitos. Utilização de técnica instrumental da avaliação nas habilidades motoras, qualidades físicas, etc. Conhecimentos preliminares de teorias e procedimentos estatísticos na análise de escores obtidos numa população.

Bibliografia Básica

BENTO, J. O. Planejamento e avaliação em Educação Física. Lisboa: Livros Horizontes, 1987.

GONÇALVES, C. Avaliação e processo ensino – aprendizagem em Educação Física. *Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física*, n. 10/11 (2ª série), out. 1994.

HOFFMANN, J. *Avaliação mediadora*: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 14. ed. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1998.

Bibliografia Complementar

GIANNICHI, R. S. *Medidas e avaliação em Educação Física*. Viçosa: Editora da Universidade Federal de Viçosa, 1984.

KISS, M. A. P. D. M. *Avaliação em Educação Física*: aspectos biológicos e educacionais. São Paulo: Manole, 1987.

MAGEE DJ. Avaliação musculoesquelética. 4. ed. São Paulo: Manole, 2004.

EDUCAÇÃO FÍSICA E LUDICIDADE

Estudo e vivência das ludicidades e do fenômeno lúdico nas atividades motoras a partir de uma visão histórica. Significado do Lazer na sociedade contemporânea.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Paulo Nunes. *Dinâmica Lúdica*: técnicas e jogos pedagógicos. São Paulo: Loyola, 1974. AWAD, Hani. *Brinque, jogue, cante e encante com a recreação*. Jundiaí-SP: Fontoura, 2004. BRUHNS, Heloisa Turini; GUTIERREZ, Gustavo Luis (Org.). *Representações do lúdico*: II ciclo de debates lazer e motricidade. Campinas-SP: Autores Associados, 2001. (Coleção educação física e esportes). MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação*. 9. ed. Campinas: Papirus, 2002. (Coleção fazer/lazer).

Bibliografia complementar

CAILLOIS, R. <i>Os jogos e os homens</i> : a máscara e a vertigem. Lisboa-Portugal: Cotovia, 1990.
MAGNANI, J.G.C. Festa no pedaço. São Paulo: Brasiliense, 1984.
MARCELLINO, N.C. Estudo do Lazer: uma introdução. 3. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2002
Lazer e Educação. 10. ed. Campinas-SP: Papirus, 2003.
. O Lazer, sua especificidade e seu caráter interdisciplinar. São Paulo: RBCE, 2003.
. A dicotomia teoria/pratica. <i>Motrivivência</i> , ano 7, no.8, p. 73-78, dez. 1995.
. (Org.) <i>Lazer</i> : formação e informação profissional. 5. ed. Campinas-SP: Papirus, 2003.
. (Org.) Repertorio de atividades de recreação e Lazer. 2. ed. Campinas-SP: Papirus, 2003.
PARKER, S. A sociologia do lazer. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

3.3.9 Interface Pesquisa e Extensão

A formação do licenciado em Educação Física tem como princípio básico atividades que contemplem uma construção articulada das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão visando a consolidação da produção do conhecimento bem como encontrar um equilíbrio entre demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico. Dessa forma, o Curso de Licenciatura em Educação Física visa a formação humana e a qualificação de profissional da educação, em intercâmbio com os vários setores da sociedade nos quais este profissional virá a atuar.

As atividades de *Ensino* devem proporcionar ao aluno oportunidades de informação, vivências, observações, reflexões e práticas, com base nos fundamentos teóricometodológicos ministrados em sala de aula, por meio de conteúdos programáticos a partir da matriz curricular visando à produção do conhecimento. Nessa dimensão, discute-se e aprofunda-se um novo conceito de sala de aula, que compreenda todos os espaços, dentro e fora da Universidade, em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações, passando a expressar um conteúdo multi e interdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática.

As atividades de ensino compreenderão:

- Disciplinas;
- Grupos de estudos;
- Seminários temáticos:
- Monitoria escolar;
- Monitoria Acadêmica.

Com relação à *Pesquisa*, reconhece-se um leque bastante diversificado de possibilidades de articulação do trabalho realizado na Universidade com os segmentos educacionais. Assume interesse especial a possibilidade de produção de conhecimento na interface universidade/escola, priorizando as metodologias participativas e favorecendo o diálogo entre categorias utilizadas por pesquisadores e pesquisados, visando à criação e recriação de conhecimentos que contribuam com as transformações sociais. Torna-se central a identificação do que deve ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscam novos conhecimentos.

A Extensão, entendida como um das funções básicas da Universidade, é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. É tida, ainda, como uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes, o acadêmico e o popular, terá como conseqüências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Farão parte das atividades de pesquisa e extensão:

- a) Participação em grupo de pesquisa;
- b) Projetos de iniciação Científica;
- c) Projetos de pesquisa institucionais;
- d) Autoria e execução de projetos ou cursos de extensão;
- e) Estágios extracurriculares em área congênere à formação do curso;
- f) Grupo de estudos pedagógicos em instituição escolar ou não-escolar;
- g) Estudo e produção artístico-cultural;
- h) Assessoria e acompanhamento de programas e projetos em instituições escolares e não escolares.

3.3.10 Interface com Programas de Fortalecimento do Ensino: Monitoria, PET

A interface entre os Programas e Projetos no âmbito do Curso de Licenciatura em Educação Física de Miracema articula-se com a compreensão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Ou seja, entender a coexistência articulada das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão no processo de formação *omnilateral* do homem (educação do homem para satisfazer necessidades materiais, biológicas, psíquicas, afetivas, estéticas, lúdicas) em sua historicidade, em contraposição a uma compreensão unilateral da formação humana, voltada para a adaptabilidade, funcionalidade, pragmatismo, adestramento, treinamento e policognição e para o mercado de trabalho e proposta por uma universidade organizacional.

Nesta perspectiva, os Programas e Projetos Institucionais em desenvolvimento na UFT são importantes e devem ser implementados tendo em vista o fortalecimento do ensino. O Curso de Licenciatura em Educação Física deve promover a interface com os diversos programas e projetos institucionais da UFT, dentre eles o *Programa Institucional de Monitoria* (PIM); *Programa Especial de Treinamento/Tutoria* (PET); *Programa de Mobilidade Acadêmica* (PMA); *Programa Prodocência*.

O **PIM**, de acordo com a Resolução Normativa – PROGRAD Nº 01/2005, terá importante papel no fortalecimento do ensino, pois objetiva incentivar a participação do acadêmico nas atividades acadêmicas; despertar no discente o interesse pelas atividades da docência; propiciar ao discente a possibilidade de utilizar o seu potencial assegurando-lhe uma formação profissional qualificada; contribuir com a melhoria na qualidade do ensino de graduação, no ato de educar e contribuir para a construção do projeto pedagógico do curso de graduação.

Desta forma a monitoria visa intensificar e assegurar a cooperação entre professores e estudantes nas atividades básicas da Universidade. Porém, não constitui um programa de substituição do professor na sala de aula. As atividades referem-se à orientação acadêmico/científica e ao planejamento e organização de atividades didático-pedagógica. Nesta perspectiva, em conformidade com o Art. 84º da Lei 9.394/96,

Os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos.

O PET é um outro Programa que busca dinamizar e dar suporte ao Ensino. É um programa desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, que tem como base o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e objetiva: desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar; contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos alunos de graduação; estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica; formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país; estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela ética, pela cidadania e pela função social da educação superior.

Já o **PMA** busca o aperfeiçoamento do ensino de graduação possibilitando, dentre outros aspectos, que os acadêmicos adquiram novas experiências, interajam com outras culturas e diferentes conhecimentos da realidade brasileira. O Programa permite que estudantes de qualquer curso de graduação das IFES Federais (Instituições credenciadas) possam deslocar-se temporariamente para outra instituição federal e curse até três semestres.

Este Programa constitui-se em uma possibilidade de enriquecimento quando os alunos do curso de pedagogia poderão adquirir experiências em outras instituições de ensino superior, bem como conviver no âmbito do Campus e do Curso com outros alunos portadores de conhecimentos e culturas diferentes.

Outro Programa que oferece possibilidade de interface visando a melhoria do ensino é o **Prodocência** (Programa de Consolidação das Licenciaturas). Este programa visa fortalecer a formação de professores e contribuir com as ações de melhoria da qualidade da Graduação. Tem como principais objetivos estimular a criação de novas estratégias de desenvolvimento e modernização do Ensino Superior; ampliar as ações voltadas à formação de professores, priorizando a formação inicial desenvolvida nos Cursos de Licenciatura das Instituições Federais de Ensino Superior; e apoiar a implementação das novas Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores.

O Programa Prodocência articula-se com o fortalecimento do Ensino na medida em que possibilita a realização de projetos que contribuirá com a formação didático-metodológica dos professores e consequentemente com a melhoria da qualidade do ensino.

Ressalta-se que outros programas e projetos poderão fazer parte do conjunto de ações articuladora e fomentadora do ensino no Curso de Pedagogia, desde que coadune com os objetivos do Presente Projeto Político-Pedagógico.

3.3.11 Interface com Atividades Complementares

As atividades complementares constituem atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, de natureza acadêmico-científica e artístico-cultural, promovidas por diferentes instituições formativas, que propiciam vivências, saberes e experiências que contribuam com a formação do educador físico.

Trata-se de atividades de livre escolha do acadêmico, que deverão ser comprovadas mediante apresentação de certificação junto à Secretaria Acadêmica do Campus, em período a ser estabelecido pelo Colegiado de Curso, ou mesmo pela coordenação do curso, no caso da modalidade PARFOR, antes da conclusão das atividades curriculares disciplinares, a ser regulamentado por Instrução Normativa do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, CONSEPE Nº 9 de 2005, que orienta o aproveitamento das atividades dos alunos (Anexo I).

3.3.12 Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório

O estágio é considerado um dos componentes do currículo do Curso de formação do licenciado em Educação Física. Sua finalidade é proporcionar a aproximação do acadêmico com a prática educativa desenvolvida em espaços escolares e não escolares. Em sua execução, deverá envolver a observação, o registro, a problematização e a estruturação de um projeto de intervenção, atentando para as três dimensões da docência, a saber, o ensino, a gestão e a produção do conhecimento. Constitui-se, portanto, num espaço de confronto de concepções teóricas propostas ao longo do Curso com práticas educativas escolares e não escolares, propiciando uma síntese teórico-metodológica. O contato do aluno com a escola pública, a busca de apreensão de sua realidade e a apresentação de possíveis soluções aos problemas educacionais detectados pela mediação do saber teórico constitui sua peculiaridade.

No Curso de formação, o estagiário, sozinho ou em grupo, poderá diagnosticar a realidade escolar, coletando e acumulando dados qualitativos e quantitativos sobre o exercício da docência (gestão, processo de ensino-aprendizagem e de pesquisa) que deverão ser sistematizados e expressos em forma de relatório. Desta forma, estará se iniciando na pesquisa, que deverá constituir-se num princípio de sua ação, transformando sua prática e os resultados dela decorrentes também em objeto de responsabilidade pessoal.

A organização do estágio terá como perspectiva teórico-metodológica a pesquisa-ação. A adoção desta perspectiva como processo de produção de conhecimento objetiva satisfazer a

necessidade surgida da prática social, que tem o ensino como centro, reconhecido como historicamente determinado e em constante suspeição face às contradições emergentes da própria prática. Justifica-se, em especial, pela desilusão docente resultante da assimilação de ideários e propostas de ensino-aprendizagem distantes de suas experiências e trajetórias de vida e dos problemas específicos da atividade docente.

Seu ponto de partida é a reflexão sobre os pressupostos da ação, buscando produzir teoria sobre o fazer docente. E, a partir dela, redimensionar sua prática, enriquecendo-a com conhecimentos teóricos. Trata-se de um trabalho realizado de forma colaborativa com atuação de co-participantes durante todo o processo de desenvolvimento, que tem como ponto de partida a prática social dos sujeitos envolvidos, cujos resultados voltam a constituir-se em objeto de investigação, constituindo-se em algo processual, que tensiona entre o que é e o que deveria ser, entre realidade e utopia. Tem como perspectiva teórica basilar a concepção do materialismo histórico-dialético.

O Projeto Político Pedagógico da Licenciatura em Educação Física apresentado pelo campus de Miracema prevê a realização do estágio curricular em três etapas, compreendidas em Estágio em Educação Física na Educação Infantil, Estágio em Educação Física no Ensino Fundamental e Estágio em Educação Física no Ensino Médio.

As atividades relacionadas ao estágio curricular serão desenvolvidas junto a instituições de Educação Infantil, Ensino Fundamental e de Ensino Médio, em associação com as Escolas, especialmente, as Públicas. Sua organização consistirá no desenvolvimento de um projeto junto à disciplina de Projeto de Estágio e deverá culminar na produção de um relatório analítico-descritivo, a ser socializado no espaço acadêmico da disciplina de Estágio, ao final de seu desenvolvimento. As definições de natureza teórica e os aspectos ligados ao desenvolvimento prático deverão ser objeto de discussão interna do Colegiado do Curso, quando da sua composição.

O Regulamento de Estágio Supervisionado da Licenciatura em Educação Física pode ser consultado no Anexo II deste projeto.

3.3.13 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso é um momento ímpar para o desenvolvimento da produção acadêmica, por isso, merece destaque na composição da estrutura curricular do curso.

Apresenta-se como parte conclusiva das experiências realizadas no curso. Ao final do

curso, os alunos deverão ser capazes de expressar aprendizagens consolidadas ao longo do curso sobre o papel do professor de Educação Física, sobre os conhecimentos multifacetados dessa prática, produzindo uma monografia, de acordo com a definição de Lakatos (2003, p. 235):

[...] trata-se, portanto, de um estudo sobre um tema específico ou particular, com suficiente valor representativo e que obedece a rigorosa metodologia. Investiga determinado assunto não só em profundidade, mas também em todos os seus ângulos e aspectos [...].

O Trabalho de Conclusão de Curso é individual e consiste em uma monografia, escrita sobre uma temática na área de formação do acadêmico, preferencialmente como um desdobramento de ações e estudos realizados ao longo do curso, tais como: relatos de experiências ou relatos descritivos realizados nos estágios supervisionados, estudos teóricos relacionados à Educação Física.

Não obstante, o aluno terá oportunidade de ampliar e discutir questões decorrentes dos Estágios nas escolas da rede pública de ensino, além de propor referenciais pré-estabelecidos em termos de estudos, conforme temáticas de orientações em Trabalhos de Conclusão de Curso, articulando-as com as linhas de pesquisas do curso.

Para atender as exigências legais, foi elaborado um Regimento para o Trabalho de Conclusão de Curso, a fim de normalizar ações docentes e discentes no tocante ao desenvolvimento dessa atividade, que pode ser consultado no Anexo III deste projeto.

3.3.14 Procedimentos de Avaliação do Processo de Ensino-aprendizagem com a Concepção do Curso

De acordo com Luckesi (2003) e Vasconcelos (1998), a avaliação é a etapa do processo de ensino-aprendizagem em que, através de diferentes atividades, o professor verifica se os objetivos propostos foram atingidos ou não, possibilitando o ajuste de suas estratégias de ensino. Serve também para que o estudante possa tomar conhecimento sobre seu aproveitamento, cujos resultados lhe oportunizam analisar e repensar as ações por ele desempenhadas e o processo pessoal de aprendizagem e formação. Seu caráter é, portanto, formativo e não simplesmente classificatório.

No caso do Curso Licenciatura em Educação Física, a ampliação da concepção de "docência" para os âmbitos do ensino e da produção e difusão do conhecimento (introdução à pesquisa) amplia também as exigências formativas. Estas se objetivam através dos diferentes

componentes curriculares. Assim, os objetivos de cada componente disciplinar precisam articular-se com a formação docente, no âmbito do conteúdo programático, ditático-pedagógico e ético-político. Desta forma, constituem objetivos comuns a todos os componentes disciplinares do currículo: o exercício do rigor interpretativo; da expressão escrita e oral; da contextualização histórica e crítica dos conhecimentos e sua sistematização; do diálogo com as instituições e as práticas educativas escolares e não escolares; da visualização das relações existentes com as proposições dos sistemas de ensino, sua regulamentação legal e suas contradições.

Nesse sentido, também os instrumentos avaliativos devem estar em sintonia com os objetivos gerais do Curso e com as especificidades contributivas de cada componente disciplinar e/ou atividade desenvolvida. Em seus estudos sobre práticas de mudanças na avaliação da aprendizagem, Vasconcelos (1998) recomenda que os instrumentos de avaliação devem ser "reflexivos", superando a mera repetição de informações e levando a estabelecer relações; "abrangentes", contendo uma mostra representativa do que está sendo trabalhado; "contextualizados" permitindo a compreensão do sentido do que está sendo solicitado com a prática profissional; e ainda "claros e compatíveis" com os conteúdos trabalhados.

Esses instrumentos podem constituir-se em provas dissertativas e orais, ensaios monográficos, seminários, debates, resenhas, textos, atividades de grupo ou outras tarefas. A sua aplicação pressupõe a coerência com os processos de ensino-aprendizagem, que devem ter como princípio o exercício da leitura, da discussão, da interpretação, da análise crítica e da problematização de temáticas e textos em aula, explicitando seus conceitos centrais, categorias e teorias que os embasam.

Independente do instrumento utilizado, é fundamental que, em toda a avaliação, haja o retorno dos resultados obtidos ao educando, oportunizando-lhe assim a compreensão de seu desempenho e das dificuldades e a retomada dos objetivos não alcançados. É esta a finalidade principal da avaliação: constituir-se num meio a ser utilizado para o aperfeiçoamento do processo de ensino/aprendizagem (Luckesi, 2003). Ela não tem, portanto, um fim em si mesmo.

A avaliação do Curso de Licenciatura em Educação Física da UFT, Campus de Miracema, em conformidade com as perspectivas de avaliação contidas no PDI, nos princípios expressos no Regimento Acadêmico da UFT e nas Diretrizes da Política de Avaliação para a Educação Superior, levará em consideração:

- a perspectiva de formação docente definida no Projeto de Curso;
- a contextualização histórica e crítica dos conhecimentos;

- a articulação entre as perspectivas teóricas e o contexto sócio-cultural regional;
- as demandas das práticas docentes escolares e não escolares;
- as diferenças individuais dos educandos;
- o movimento crescente de sistematização dos conhecimentos disciplinares e interdisciplinares;
- a utilização de instrumentos de avaliação coerentes com os objetivos formativos;
- o processo continuado de produção, avaliação e nova sistematização.

3.3.15 Ações Implementadas em Função dos Processos de Auto-avaliação e de Avaliação Externa (ENADE e Outros)

O Curso de Licenciatura em Educação Física do Campus Universitário de Miracema será avaliado de forma contínua e sistemática, objetivando a visualização de sua implementação e a identificação das dificuldades e problemas emergentes. No âmbito mais geral, esta avaliação será feita a partir das atividades desenvolvidas pelos docentes com os educandos, refletidas e discutidas no âmbito dos espaços formativos e nas reuniões de planejamento e de avaliação semestrais. De forma mais específica, deverá ser objeto de análise de uma Comissão Permanente de Avaliação a ser criada para esta finalidade. Esta avaliação deverá abranger os âmbitos do ensino, da pesquisa, e da extensão.

A Comissão Permanente de Avaliação deverá elaborar instrumentos de avaliação, de registro e de análise de resultados e submetê-los à avaliação do Colegiado. O trabalho previsto para a Comissão envolverá:

Análise e reflexão sobre os processos de ensino-aprendizagem dos componentes curriculares. (ensino);

Análise e reflexão sobre o exercício da pesquisa no processo de ensino-aprendizagem e das atividades de pesquisa de professores e alunos de um modo geral. (produção do conhecimento);

Análise e reflexão sobre a socialização dos resultados dos conhecimentos produzidos. (difusão do conhecimento);

Análise e reflexão sobre as atividades de extensão realizadas.(extensão);

Avaliação periódica da gestão acadêmica do Curso (colegiado e coordenação de curso) visando subsidiá-la na proposição de alternativas para atender determinadas demandas docentes/discentes/institucionais (gestão).

4. Corpo Docente, Corpo Discente e Corpo Técnico Administrativo

4.1 Formação Acadêmica e Profissional do Corpo Docente

O corpo docente que atuará junto ao curso de licenciatura em Educação Física na modalidade PARFOR provém do quadro docente do colegiado de Pedagogia do Campus Universitário de Miracema. Além disso, é possível a realização parcerias com os demais *campi* da UFT a fim de que os docentes possam colaborar com o curso.

O quadro a seguir expõe os docentes do colegiado do curso de Pedagogia e sua formação:

Dimensão do Curso	Docente	Formação acadêmica	Possibilidade de Atuação disciplinar
	Antônio Miranda Oliveira	Graduação Filosofia e Mestre em Educação-UFG	Fundamentos histórico- filosóficos da Educação Física
Formação geral	Márcia Machado	Graduação em Sociologia, Mestre em Educação e doutoranda em Sociologia	Sociedade, Cultura e Educação Fundamentos sócio- antropológicos da Educação Física
e humanística	Márcio Cardoso Lima	Graduação em Pedagogia e Doutor em Educação	Ética
	Kleber Fialho	Graduação em Psicologia e Mestrado em Psicologia	Psicologia da Educação
	Juciley da Silveira Freire	Graduação em Pedagogia e doutoranda em Educação	Política educacional
	Celso Henrique Acker	Graduação e Mestrado em História, doutorando em História	História da Educação
	Ana Corina Machado Spada	Graduação em Pedagogia e Mestre em Educação	Currículo e Educação Fundamentos didático- pedagógicos da Educação Física
Formação didático- pedagógica	Adriana Garcia Gonçalves	Graduação em Fisioterapia e Pedagogia. Mestre em Educação. Doutoranda em Educação.	Educação Especial Fisiologia Humana
Formação para a	Maria Irenilce Rodrigues Barros	Graduação em Letras e Mestrado em Letras	Leitura e Produção de Texto
produção do conhecimento	Adriana Garcia Gonçalves	Graduação em Fisioterapia e Pedagogia. Mestre em Educação. Doutoranda em Educação.	Pesquisa em Educação Física Anatomia aplicada à Educação Física Fundamentos de Ginástica
	Kalina Lígia A. Brito Andrade	Graduação em Engenharia de Materiais e Mestrado em Engenharia Química	Estatística aplicada à Educação Física

4.2 Condições de Trabalho

As informações referentes ao regime de contratação dos docentes dos colegiados do curso de Pedagogia e Serviço Social que podem colaborar com a licenciatura em Educação Física, na modalidade PARFOR, apresentam-se inseridas nos quadros a seguir:

Quadro nominal docente do Curso de Pedagogia, regime de trabalho e formação acadêmica.

NOME	REGIME DE TRABALHO	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO
Adriana Garcia Gonçalves	DE	Pedagogia e Fisioterapia	Acupuntura	Educação	Doutoranda em Educação
Ana Corina M. Spada	DE	Pedagogia	-	Educação	-
Antônio Miranda de Oliveira	DE	Filosofia	Gestão Pública	Educação Brasileira	Doutorando em Geografia
Jucylei Silva Evangelista Freire	DE	Pedagogia	Supervisão Educacional	Educação	Doutoranda em Educação
José Carlos da Silveira Freire	DE	Pedagogia	Planejamento Educacional	Educação Brasileira	Doutorando em Educação
Kalina Lígia A. Brito Andrade	DE	Engenharia de Materiais	-	Engenharia Química	-
Liliane de Sousa	20 horas	Pedagogia	Educação Rural	-	-
Márcio Antônio Cardoso de Lima	DE	Pedagogia	Metodologia do Ensino Superior	Educação	Educação
Maria Irenilce Rodrigues Barros	DE	Letras	-	Linguística	-
Raquel Aparecida Sousa	DE	Pedagogia	Tecnologias Educacionais	Educação	-
Roberto Francisco de Carvalho	DE	Pedagogia	Supervisão Educacional	Educação	Doutorando em Educação
Suzana Brunet Camacho da Rocha	40h	Pedagogia	-	Educação	-
Tatiane Costa Barros	20 horas	Pedagogia	Educação Rural	-	-
Vânia Maria de Araújo Passos	DE	Pedagogia	Administração da Educação: Políticas, Planejamento e Gestão	Educação	Doutoranda em Educação
Viviane Drumond	DE	Pedagogia	-	Educação, Cultura e	Doutoranda em

Quadro nominal docente do Curso de Serviço Social, regime de trabalho e formação acadêmica.

NOME	REGIME	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO
	DE TRABALHO				
André Luiz Augusto da Silva	40 hs	Serviço Social	Segurança Pública	Serviço Social	Doutorando em Serviço Social
Bruna Andrade Irineu	DE	Serviço Social	Política de Segurança Pública e Direitos Humanos	Serviço Social	-
Cecília Nunes Froeming	DE	Serviço Social	-	Serviço Social	-
Célia Maria Grandini Albiero	DE	Serviço Social	Serviço Social	Serviço Social	Serviço Social
Celso Henrique Acker	DE	História	-	História	Doutorando História
Gisele Almeida Tamarozzi de Lima	DE	Serviço Social	Serviço Social	Serviço Social	Serviço Social
Kathia Nemeth Perez	40 hs	Psicologia	Saúde pública e Adm.Educacional	Psicologia Social	-
Josiley Carrijo Rafael	DE	Serviço Social	-	Educação	-
Kleber Lopes Lima Fialho	DE	Psicologia	-	Psicologia	-
Maria Helena C. Silva	DE	Serviço Social	-	Serviço Social	Doutoranda em Serviço Social
Mariléa Borges de Lima	DE	Assistente Social	Educação	Educação	-
Marília de Fátima Marques Lopes	DE	Serviço Social	-	Serviço Social	Serviço Social
Maria José Antunes da Silva	40 hs	Serviço Social	-	Serviço Social	-
Reijane Pinheiro da Silva	DE	Ciências Sociais	Antropologia Social	Sociologia	Doutoranda em Antropologia
Rosimary Negreiros de Araújo	DE	História	História do Brasil	Educação	-
Vanda Micheli Burginski	DE	Serviço Social	-	Educação, Cultura e Sociedade	-

4.3 Concepção e Organização de Núcleos de Estudos e Núcleo Docente Estruturante

São apresentadas a seguir informações referentes a organização curricular do curso de Licenciatura em Educação Física do Campus Universitário de Miracema, bem como a concepção e organização dos núcleos de estudos e Núcleo Docente Estruturante.

4.3.1 Organização Curricular

O Currículo do curso de Licenciatura em Educação Física do campus de Miracema da Universidade Federal do Tocantins será estruturado com base na Resolução CNE/CP 07/2004, cuja organização está constituída em três núcleos: *Estudos Básicos, Aprofundamento e Diversificação de Estudos, Estudos Integradores*, articuladores da formação, com carga horária de integralização de 2850 horas, distribuídas no tempo mínimo de 8 (nove) semestres, com componentes curriculares de 60 h/aula.

As 2850 h serão distribuídas da seguinte forma:

- 1. 2.220 h de Atividades Formativas:
- 2. 420 h de Estagio Supervisionado em Educação Física na Educação Infantil, no ensino fundamental ciclos I e II e no ensino médio;
- 3. 210 horas de Atividades Complementares.
- 4. Atividade Integrante.

4.3.1.1 Concepção e Organização dos Núcleos

Apresentaremos a seguir a concepção de cada núcleo, as dimensões e os componentes curriculares que os integram, suas respectivas cargas-horárias e uma breve apresentação conceitual de alguns dos componentes curriculares do núcleo de estudos integradores.

> NÚCLEO DE FORMAÇÃO AMPLIADA:

Esse núcleo deve privilegiar a formação ampliada, isto é, contemplar os fundamentos teórico-metodológicos necessários à formação do educador físico: conhecimento da sociedade, da cultura, da educação, do homem, da escola, da gestão educacional, do ensino-aprendizagem, da produção e apropriação de conhecimento científico e tecnológico.

O Núcleo de Formação Ampliada é composto por três dimensões que se articulam. São elas:

- a. Dimensão da reflexão sobre ser humano e sociedade;
- b. Dimensão da formação biológica do corpo humano;
- c. Dimensão da produção do conhecimento científico e tecnológico.

COMPONENTES CURRICULARES DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE FORMAÇÃO AMPLIADA:

DIMENSÕES DO NÚCLEO	DISCIPLINAS	CRED.	С.Н
	Leitura e Produção de Texto	4	60
) D'	Sociedade, Cultura e Educação	4	60
a) Dimensão da reflexão sobre ser humano e	Fundamentos Histórico-filosóficos da	4	60
sociedade	Educação Física Fundamentos Sócio-Antropológicos da Educação Física	4	60
	História da Educação Brasileira	4	60
	Psicologia do Desenvolvimento	4	60
	Psicologia da Aprendizagem	4	60
	Ética e Educação	4	60
1.	Subtotal de Créditos/Horas	32	480
	Anatomia Humana	4	60
b) Dimensão da formação biológica do corpo humano	Biomecânica	4	60
numano	Fisiologia Humana	4	60
	Higiene e Socorros de Urgência	4	60
2.	Subtotal de Créditos/Horas	16	240
c) Dimensão da produção	Introdução ao Pensamento Científico	4	60
do conhecimento científico e tecnológico	Projeto de TCC	4	60
cientifico e techningico	Trabalho de Conclusão de Curso	8	120
3.	Subtotal de Créditos/Horas	16	240
4.	Total de Créditos/Horas do Núcleo	64	960

• NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

O Núcleo de Formação Específica volta-se às áreas de atuação profissional e oportunizará o aprofundamento de estudos nas áreas de formação do educador físico, através de disciplinas que abrangem os conhecimentos identificadores da Educação Física e a vivência do estágio supervisionado nas áreas de educação infantil e nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e no ensino médio contemplando as dimensões do ensino, da produção

e difusão do conhecimento.

Esse Núcleo é composto por três dimensões:

- a) Dimensão cultural do movimento humano;
- b) Dimensão técnico-instrumental;
- c) Dimensão didático-pedagógica.

COMPONENTES CURRICULARES DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA:

DIMENSÕES DO NÚCLEO	DISCIPLINAS	CRED.	С.Н
	Introdução aos Estudos do Lazer	4	60
a) Dimanção aultural do	Dança e Manifestações Rítmicas	4	60
a) Dimensão cultural do movimento humano	Folclore Brasileiro: Danças e Folguedos	4	60
	Educação Especial e Movimento Corporal	4	60
5.	Subtotal de Créditos/Horas	16	240
	Metodologia do Ensino e Pesquisa em Handebol	4	60
	Metodologia do Ensino e Pesquisa em Atletismo	4	60
	Metodologia do Ensino e Pesquisa em Voleibol	4	60
b) Dimensão técnico-	Metodologia do Ensino e Pesquisa em Natação	4	60
instrumental	Metodologia do Ensino e Pesquisa em Futebol	4	60
	Fundamentos da Ginástica	4	60
	Metodologia do Ensino e Pesquisa em Basquetebol	4	60
	Atividades Aquáticas	4	60
6.	Subtotal de Créditos/Horas	32	480
c) Dimensão didático-	Teorias e Tendências Pedagógicas	4	60
pedagógica	Teorias do Currículo	4	60
	Políticas Públicas em Educação	4	60
	Fundamentos Didáticos da Educação	4	60
	Profissão docente	4	60
	Projeto de Estágio	6	90
	Estágio em Educação Física na Educação	6	90
	Estágio em Educação Física no Ensino	8	120
	Estágio em Educação Física no Ensino	8	120

	LIBRAS-Língua Brasileira de Sinais		4	60
7.		Subtotal de Créditos/Horas	52	780
8. Total d		Total de Créditos/Horas do Núcleo	100	1.500

• NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS

O Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos deve proporcionar enriquecimento curricular e compreende disciplinas optativas de livre escolha dos alunos, a participação em atividades práticas em diferentes áreas do campo educacional e nas atividades complementares, tais como: participação em seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão, estágios extracurriculares, diretamente orientadas pelo corpo docente da instituição, assim como as atividades complementares/acadêmico-científico-culturais: participação em simpósios, congressos, conferências, debates, colóquios, cursos, oficinas e outras atividades de comunicação e expressão nas áreas da cultura, da ciência e das artes.

O Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos possui duas dimensões que se articulam e se complementam:

- I- Dimensão de Aprofundamento Curricular;
- II- Dimensão de Atividades Complementares.

COMPONENTES CURRICULARES DO NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS

DIMENSÕES DO NÚCLEO	COMPONENTES CURRICULARES			
a) Dimensão de Aprofundamento	Optativa I	4	60	
Curricular	Optativa II	4	60	
	Optativa III	4	60	
b) Dimensão de Atividades Complementares	Atividades Complementares		2	210
2.	Total de Créditos/Horas	do Núcle	2 3	390

Conceituação dos componentes curriculares da Dimensão de Aprofundamento Curricular e das Atividades Complementares

a) Dimensão de Aprofundamento Curricular:

Componentes curriculares optativos: por definição, são componentes disciplinares de livre escolha do acadêmico dentre um universo de possibilidades ofertadas pelo Curso de Educação Física da UFT e/ou outros cursos desta ou de outras instituições de ensino superior que tenham afinidade com a área de formação do educador físico e possibilitem aprofundamento de estudos nas diversas modalidades e níveis de ensino.

b) Dimensão de Atividades Complementares:

Atividades complementares: por definição, trata-se de atividades de ensino, pesquisa e extensão, de natureza acadêmico-científica e artístico-cultural, promovidos por diferentes instituições formativas, que propiciem vivências, saberes e experiências em diferentes áreas do campo educacional. A participação do acadêmico nessas atividades é de livre escolha e deverá ser comprovada mediante apresentação de certificação junto à Secretaria Acadêmica do Campus.

4.4 Composição e Titulação do Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Licenciatura em Educação Física foi pensado a partir da organização dos componentes curriculares que compõem a estrutura curricular desta licenciatura em Núcleos de Formação Ampliada, de Formação Específica e de Aprofundamento e Diversificação de Estudo. Desse modo, compõem o NDE da licenciatura em Educação Física docentes dos Colegiados de Pedagogia e Serviço Social do Campus Universitário de Miracema que apresentam formação específica ou aderência com a área de estudos exigida.

COMPONENTES CURRICULARES DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO AMPLIADA

DIMENSÕES DO NÚCLEO	COMPONENTES CURRICULARES	DOCENTES COM FORMAÇÃO ESPECÍFICA OU ADERÊNCIA NA ÁREA
	Leitura e Produção de Texto	Maria Irenilce Rodrigues Barros
	Sociedade, Cultura e Educação	Márcia Machado
a) Dimensão da	Fund. Histórico-filosóficos da Educação	Antônio Miranda de Oliveira
reflexão sobre ser	Fund. Sócio-Antropológicos da Educação	Márcia Machado
humano e sociedade	História da Educação Brasileira	Suzana Brunet Camacho da Rocha

	Psicologia do Desenvolvimento	Káthia Nemeth Perez
	Psicologia da Aprendizagem	Káthia Nemeth Perez
	Ética e Educação	Márcio Antônio Cardoso Lima
	Anatomia Humana	Adriana Garcia Gonçalves
b) Dimensão da formação biológica do	Biomecânica	Adriana Garcia Gonçalves
corpo humano	Fisiologia Humana	
	Higiene e Socorros de Urgência	
c) Dimensão da produção	Introdução ao Pensamento Científico	Márcia Machado
do	Projeto de TCC	Marília de Fátima Marques Lopes
do conhecimento	Trabalho de Conclusão de Curso	Giselli Tamarozzi A. Lima
	•	

COMPONENTES CURRICULARES DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

DIMENSÕES DO NÚCLEO	COMPONENTES CURRICULARES	DOCENTES COM FORMAÇÃO ESPECÍFICA OU ADERÊNCIA NA ÁREA
	Introdução aos Estudos do Lazer	Suzana Brunet Camacho da Rocha
a) Dimensão cultural do movimento humano	Dança e Manifestações Rítmicas Expressivas	
numano	Folclore Brasileiro: Danças e Folguedos	Antônio Miranda de Oliveira
	Educação Especial e Movimento Corporal	Adriana Garcia Gonçalves
	Metodologia do Ensino e Pesquisa em	
	Metodologia do Ensino e Pesquisa em Atletismo	
b) Dimensão técnico-	Metodologia do Ensino e Pesquisa em Voleibol	
instrumental	Metodologia do Ensino e Pesquisa em Natação	
1.	Metodologia do Ensino e Pesquisa em Futebol	
	Fundamentos da Ginástica	
	Metodologia do Ensino e Pesquisa em Basquetebol	
	Atividades Aquáticas	
c)Dimensão didático- pedagógica	Teorias e Tendências Pedagógicas	Suzana Brunet Camacho da Rocha
2.	Teorias do Currículo	Ana Corina M. Spada
	Políticas Públicas em Educação	Juciley Evangelista Freire
	Fundamentos Didáticos da Educação	Suzana Brunet Camacho da Rocha
	Profissão docente	Vânia Maria de Araújo Passos
	Projeto de Estágio	
	Estágio em Educação Física na Educação Infantil	
	Estágio em Educação Física no Ensino	

Fundamental	
Estágio em Educação Física no Ensino Médio	
LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais	
Ç	

COMPONENTES CURRICULARES DO NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS

DIMENSÕES DO NÚC ICIO MPONENT	ES CURRICULARES	DOCENTES COM FORMAÇÃO ESPECÍFICA OU ADERÊNCIA NA ÁREA
a) Dimenção do Anyafundamento	Optativa I	
a) Dimensão de Aprofundamento Curricular	Optativa II	
Curricular	Optativa III	
b) Dimensão de Atividades Complementares	Atividades Complementares	

Os dados sinalizam para o fato de que dentre os treze docentes com formação ou aderência na área das disciplinas que compõem a grade do curso de Licenciatura em Educação Física discriminadas, quatro possuem titulação de mestre; cinco docentes estão em processo de doutoramento e quatro docentes já são doutores. Dessa forma, o percentual de trinta por cento do quadro com maior titulação foi cumprido, tendo em vista o fato de que quatro dos docentes listados possuem título de doutor.

4.5 Produção de Material Didático ou Científico do Corpo Docente

Docente	Formação acadêmica	Lattes
Antônio Miranda Oliveira	Graduação Filosofía e Mestre em Educação-UFG. Doutorando em Geografía.	http://lattes.cnpq.br/6644447890217819
Márcia Machado	Graduação em Sociologia, Mestre em Educação e doutoranda em Sociologia	http://lattes.cnpq.br/4194023944608350
Célia Maria Grandini Albiero	Graduação em Serviço Social. Mestre e Doutora em Serviço Social.	http://lattes.cnpq.br/0843845640786689
Giselli de Almeida Tamarozzi Lima	Graduação em Serviço Social. Mestre e Doutora em Serviço Social	http://lattes.cnpq.br/1474399406529566
Káthia Nemeth Perez	Graduação em Psicologia e Mestrado em Psicologia	http://lattes.cnpq.br/0466940776353141
Juciley Silva Evangelista Freire	Graduação em Pedagogia e doutoranda em Educação	http://lattes.cnpq.br/4040502728465179
Marília de Fátima Marques Lopes	Graduação em Serviço Social. Mestre e Doutora em Serviço Social	http://lattes.cnpq.br/1049206696476839

Ana Corina Machado Spada	Graduação em Pedagogia. Mestre	
_	em Educação	http://lattes.cnpq.br/4803009469422542
Adriana Garcia Gonçalves	Graduação em Fisioterapia e	
	Pedagogia. Mestre em Educação.	http://lattes.cnpq.br/3907378784787581
	Doutoranda em Educação.	
Maria Irenilce Rodrigues Barros	Graduação em Letras e Mestrado	
	em Letras	http://lattes.cnpq.br/4186701414099549
Kalina Lígia A. Brito Andrade	Graduação em Engenharia de	
	Materiais e Mestrado em	http://lattes.cnpq.br/0840443079159826
	Engenharia Química	

4.6 Formação e Experiência do Corpo Técnico-administrativo que Atende ao Curso

NOME	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO
Amanda Gomes Rocha	Licenciatura Pedagogia	-
Cícero Valdier Pereira	Licenciatura Pedagogia	 - Metodologia do ensino de 1º grau - Gestão Educacional - Mestrando em Políticas Públicas
Dorisvan Moreira	Licenciatura Pedagogia	-
Fabiana Pereira Salgado	Administração de Empresas	- Adm. Pública com Enfase em gestão Universitária
Francisco das Chagas Sampaio Mendes	Graduando em Gestão Pública	-
Gabriel Soares Rodrigues	Nível Médio	-
Geraldo Soares da Costa	Biblioteconomia	- Adm. Bibliotecas
Itamar Coelho Milhomem	Administração de Empresas	-
Joelson Barreira de Andrade	Nível Médio	-
Lisilane Azevedo R. De Almeida	Nível Médio	-
Jessiana de Oliveira Barros	Letras	Didática Universitária
Manoel Benvindo Júnior	Administração de Empresas	Adm. Pública com Enfase em gestão Universitária
Nadja Lopes Reis	Pedagogia	-
Paulo Robson Bezerra Reis	Graduando em Gestão Pública	-
Rangel Barros de Sousa	Licenciatura em Pedagogia	-
Raniere dos Santos Vanderley	Engenharia Alimentos	Concluinte Educação Matemática
Ronaldo Machado Marques	Administração de Empresas	Adm. Pública com Enfase em gestão Universitária
Silas da Silva Milhomem	Graduando Serviço Social	-

5. Instalações Físicas e Laboratórios

5.1 Laboratórios e Instalações

As informações apresentadas referem-se à infra-estrutura existente no campus universitário de Miracema e também às projeções de materiais a serem adquiridos pelo campus para montagem de laboratórios e desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa.

Destaca-se o fato de que a ausência de quadras poliesportivas, piscinas e pista de atletismo serão compensadas por meio do uso das instalações existentes no município e que pertencem à Prefeitura Municipal de Miracema do Tocantins e à Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB).

Visando atender às necessidades do campus, um acordo de cooperação foi firmado entre o campus universitário de Miracema do Tocantins e as entidades locais que dispõem da infraestrutura necessária ao desenvolvimento das aulas práticas dessa licenciatura (Anexo IV).

5.2 Instalações físicas existentes

O Campus Universitário de Miracema encontra-se instalado num prédio doado pela Prefeitura Municipal de Miracema desde 1992, quando iniciou como unidade do sistema *multicampi* da Universidade Estadual do Tocantins. O terreno doado possui uma área de 20.770m², sendo 911,20m² de área construída. A Gerência de Obras da UFT está acompanhando processo de construção de mais um bloco com 05 salas de aulas no Campus de Miracema. Todos os espaços físicos descritos a seguir estão organizados com móveis e equipamentos necessários ao bom desenvolvimento das funções e em pleno funcionamento.

5.2.1 Salas de aula - O *campus* dispõe de 09 (nove) salas de aula com tamanho, iluminação, ventilação, climatizadas e com mobiliário adequados, disponíveis nos períodos matutino, vespertino e noturno. Estas nove salas de aula atualmente estão sendo utilizadas pelos Cursos de Pedagogia e Serviço Social. A redução de duas para uma entrada de alunos do curso de pedagogia via vestibular, permitirá a criação de um novo curso.

5.2.2 Sala de trabalho dos docentes – o campus possui 05 (cinco) salas adequadas ao

trabalho acadêmico dos docentes (com aproximadamente 25m² cada uma) equipadas com móveis e equipamentos de informática e com acesso a internet, necessária ao trabalho docente. Cada sala comporta 04 (quatro) docentes.

- **5.2.3 Salas de reunião:** Com a nova estruturação, após implantação do curso de Serviço Social, o espaço físico existente foi reorganizado e criadas 02 (duas) salas destinadas às reuniões do Colegiado de Curso e do Conselho Diretor, com 23,27m2 de área construída, cada, climatizadas, equipadas com móveis e equipamentos de informática com acesso a internet.
- **5.2.4 Auditório** Possui 142m², com boa ventilação e iluminação, o auditório dispõe de 70 (setenta) poltronas com braço de apoio removível; Porém, seu espaço físico é insuficiente para o atendimento da demanda de 02 (dois) cursos. Desde 2004 a Comunidade Acadêmica do Campus indica como prioridade de ação a necessidade de construção de um Auditório com capacidade para atender as demandas do Campus. Há indicativo da Reitoria sobre a definição da construção do auditório. No espaço do atual auditório encontra-se instalado o equipamento de videoconferência e recursos audiovisuais e multimídia, tais como: datashow, dvd e videocassete.
- **5.2.5 Sala de Recepção das coordenações de** *campus* **e de curso** Atualmente esse espaço situa-se na ante-sala (recepção) das coordenações de curso Pedagogia e Serviço social e Diretoria.
- **5.2.6 Sala de Avaliação Institucional** O *campus* dispõe de uma sala com 16,62 m² destinada às atividades da Coordenação de Avaliação Institucional da UFT.
- **5.2.7 Sala da Comissão de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão COPPEX:** Sala destinada para programas e projetos da pós-graduação, localizada numa sala de 17,80 m² de área construída, climatizada, contendo móveis e equipamentos necessários ao bom desenvolvimento das atividades do setor.
- **5.2.8 Secretaria acadêmica** Com 48.49m² de dimensão espacial, a secretaria acadêmica comporta satisfatoriamente os equipamentos, mobiliários e funcionários. Está em local de fácil acesso aos alunos. Não há necessidade de contratação de novos assistentes

administrativos com o incremento de um novo curso de graduação, uma vez que com a redução de turno do curso de Pedagogia a tendência é o volume de trabalho se apresentar estável.

- **5.2.9 Sala da Coordenação administrativa e financeira** Uma sala com área de 17,80 m², devidamente equipada com móveis e equipamentos necessários. O setor conta com o apoio técnico de 02(dois) administradores e 01 (um) assistente administrativos e um estagiário que prestam assessoria à coordenação e demais departamentos do *campus*. No setor funciona a Diretoria de Desenvolvimento Humano DDH dando suporte para os demais setores do *campus*. Funciona também nesta sala o setor de almoxarifado e patrimônio, setor este responsável pelos móveis, equipamentos e materiais de expediente do campus.
- **5.2.11 Reprografia** Após terceirização do serviço de reprografía, a máquina destinada à prestação do referido serviço, foi instalada numa sala adequada ao serviço, com área de 10,45 m², equipada e climatizada de acordo com o contrato. Dispõe de um profissional capacitado, contratado pela empresa.
- **5.2.12 Copa** Está localizada num espaço de 7,70 m², adequado contendo eletrodomésticos em pleno uso e funciona com pessoal terceirizado.
- **5.2.13 Sala do Centro Acadêmico de Pedagogia, Serviço Social e DCE:** espaço destinado aos estudantes para realizar as atividades próprias do movimento estudantil, localizada numa sala de 17,80 m² de área construída, equipada com mobiliário e equipamentos necessários e em pleno funcionamento.
- **5.2.14 Instalações sanitárias:** existem 07 (sete) banheiros, parcialmente adequados ao atendimento da comunidade universitária, sendo dois no hall do piso inferior e dois no piso superior. Ao lado das salas da coordenação de campus e de curso existem dois banheiros para uso dos servidores técnico-administrativos e docentes.

É necessária uma reforma do espaço físico para adequá-los ao acesso às pessoas portadoras de necessidades especiais, como rampas e elevadores.

5.3 Das adaptações necessárias ao funcionamento do Curso de Licenciatura em Educação Física

O funcionamento do Curso de Licenciatura em Educação Física, na modalidade PARFOR, será no período diurno, matutino e vespertino, durante o período de recesso do campus. Desta forma, não implicará em problemas de espaço físico de sala de aula. A execução do projeto de construção de um bloco de 05 (cinco) salas de aula liberou, em princípio, espaço físico no prédio existente para a organização de salas de professores. Além disso, encontra-se em fase de construção mais um bloco com cinco salas de aula e banheiro destinado a atividades didáticas, com previsão de entrega para julho de 2010.

5.4 Laboratórios

5.4.1 Laboratório de informática

Conta com 48m² o espaço físico e está adequado à demanda para a criação de um novo curso de graduação. Atualmente, dispõe de 20 (vinte) máquinas que funcionam em rede, atendendo alunos nos três turnos. Do ponto de vista do atendimento aos acadêmicos da UFT e em específico do Campus de Miracema, bem como ao funcionamento administrativo do Campus, os seguintes serviços são realizados:

- Formação para servidores do Laboratório para uso do sistema operacional Linux
- Orientação para servidores e acadêmicos
 - Serviço de atendimento à comunidade externa de Miracema, voltado para inclusão digital
- Serviço de *help* aos setores do Campus

Quadro de Equipamentos de Informática disponíveis no Campus

SETOR DO CAMPUS	COMPUTADORES	IMPRESSORAS
Laboratório /Alunos	20	00
Professores	15	01
Biblioteca	06	01
Serviços Administrativos	16	05
TOTAL	57	07

O Laboratório de Informática funciona em três turnos, das 7 às 22:40 horas, com acesso a internet e servidores habilitados para auxiliar aos acadêmicos e aos serviços administrativos. Todos os setores do Campus estão em rede e com internet em funcionamento.

5.5 Laboratórios, espaços físicos e equipamentos necessários para o desenvolvimento

dos projetos de Licenciatura e de Graduação em Educação Física

5.5.1 Laboratório de Anatomia Humana

O laboratório exige uma área física de 128 m², como exigência mínima, podendo ser utilizado, em caráter inicial, do lançamento do Curso, uma sala de aula do novo bloco construído, todavia, a ser substituída por espaço específico, assim que possível, conforme localização em anexo no espaço físico do Campus.

Uma alternativa envolve a construção de um "espaço ambulante" através de um ônibus adaptado que possa atender outros cursos em outros Campi.

O custo estimado para esta área é de R\$ 202.292,48 (duzentos e dois mil duzentos e de acordo com informações da Diretoria de Obras da UFT, sendo o valor do m² de R\$ 1580,41 (um mil e quinhentos e oitenta reais e quarenta e um centavos.

O custo estimado dos equipamentos e das peças necessárias é de **R\$ 140.000,00** (CENTO E QUARENTA MIL REAIS), sendo que inicialmente o laboratório será estruturado com peças artificiais para estudo do corpo humano. Segue abaixo a descrição individualizada.

a) Equipamentos:

15 baldes com peças anatômicas;

1 balcão com pia.

b) Material Audiovisual

1 pé humano artificial articulado;

1 mão humana artificial articulada;

3 moldes com feto articulado plástico;

1 molde de aparelho urinário articulado:

1 aparelho reprodutor masculino artificial;

1 molde de coração/pulmões articulado;

2 moldes de corações articulados;

7 cartazes espara anatomia humana;

1 mapa de "triguer points";

1 peça ilustrativa da derme/artificial;

1 molde de aparelho digestivo;

1 coluna artificial articulada ossos quadril;

1 molde de corpo humano artificial.

c) Peças Anatômicas

1 aparelho reprodutor feminino;

1 aparelho reprodutor masculino;

2 rins humanos;

26 baldes com peças de cérebro humano;

1 joelho humano;

1 cintura escapular humana;

1 vidro com cerebelo;

1 tronco com membro superior humano;

- 2 membros inferiores humanos;
- 1 membro superior humano;
- 1 aparelho cárdio-respiratório humano;
- 1 hemiface no tanque;
- 1 esqueleto humano articulado artificial;
- 12 crânios humanos artificiais;
- 5 bases de crânio humano artificiais:
- 2 conjuntos de coxa e perna artificiais;
- 2 conjuntos de braço e antebraço artificiais;
- 5 calotas cranianas artificiais;
- 6 conjuntos de costelas completas artificiais;
- 15 ossos ilíacos artificiais;
- 15 ossos escápula humanas artificiais;
- 16 ossos úmero humano artificiais;
- 17 rádio humano artificiais;
- 17 ulna humana artificiais;
- 18 fêmur humano artificiais;
- 14 tíbias humana artificiais;
- 11 fibula humana artificiais;
- 7 sacro humano artificiais;
- 10 mandíbula humana artificiais;
- 6 esterno humano artificiais:
- 15 clavículas humanas artificiais;
- 74 vértebras humanas artificiais;
- 1 coluna vertebral montada com sacro/ artificial;
- 1 mão humana articulada artificial;
- 5 patelas humanas;
- 2 ossos parietal;
- 1 osso frontal;
- 1 osso occipital:
- 3 ossos temporais;
- 1 conjunto com osso occipital e osso temporal;
- 1 conjunto de osso da face;
- 2 peças com parte do úmero com tórax;
- 1 peças com articulação joelho;
- 2 peças com articulação quadril;
- 2 peças com articulação cotovelo;
- 1 peça seca de membro inferior;
- 1 peça seca de membro superior;
- 1 peça seca de mão e antebraço;
- 1 peça seca da articulação do quadril, sacro e fêmur;
- 1 parte da cabeça corte sagital;
- 3 peças de língua com esôfago e traquéia;
- 1 peça de orelha humana;
- 3 peças de cabeça uma com face;
- 16 corações humanos;
- 1 figado humano;
- 1 esqueleto humano articulado;
- 1 esqueleto humano não articulado;
- 1 fibra muscular estriada;
- 1 cintura escapular articulada;

- 1 articulação quadril articulada;
- 1 articulação do joelho articulado;
- 1 articulação de tornozelo articulada;
- 1 articulação de punho articulada;
- 1 cérebro humano articulado;
- 3 unidades funcionais de vértebras articuladas;
- 1 membro inferior articulado;
- 1 membro superior articulado;
- 1 cabeça humana com pescoço articulado;
- 1 figado humano articulado;
- 2 olhos humanos articulados:
- 1 ouvido humano articulado;
- 1 rim humano articulado;
- 1 neurônio articulado plástico.

5.5.2 Laboratório de Estudos da Atividade Física, do Exercício e dos Esportes

Este laboratório destina-se a práticas aeróbicas, de condicionamento físico e alongamento, bem como práticas de musculação. Em caráter inicial, será possível uma parceria com academia local na utilização em períodos do curso (férias) num prazo de 1 semana com um aluguel estimado semestralmente de R\$ 600,00 (seiscentos reais), totalizando no curso **R\$ 2.400,00** (dois mil e quatrocentos reais), através de um convênio, conforme anexo.

5.5.3 Laboratório de expressão corporal (ginástica e dança)

A sala de Ginástica e dança destina-se ao desenvolvimento de atividades relacionadas à expressão corporal, podendo ser utilizada também em disciplinas afins como campo artístico. A área deverá ser adaptada numa sala de aula comum já em construção no Campus, fazendo parte do novo bloco de sala de aulas.

O custo aproximado dos equipamentos necessários é de **R\$ 20.000,00** (Vinte mil reais). Segue abaixo a descrição individualizada dos mesmos.

a) Equipamentos:

Revestimento de paredes com espelhos

- 20 Colchonetes
- 20 colchões
- plinto
- 4 barras móvies
- 01 cama elástica
- 01 mini trampolim
- 02 trampolins
- 05 rolo de espuma
- 72 tatames
- 02 espaldar

5.5.4 Quadra poliesportiva: ginásio esportivo coberto

A quadra poliesportiva será utilizada, inicialmente, em parceira com a Prefeitura Municipal de Miracema, conforme convênio assinado em anexo. Em caráter inicial, será possível trabalhar com espaços esportivos alternativos já existentes na cidade, conforme quadro apresentado no item 5.5.8.

O valor aproximado dos equipamentos necessários para a organização do espaço e desenvolvimento das atividades é de **R\$ 15.000,00** (quinze mil reais).

Equipamentos:

Material didático pedagógico para as aulas práticas, como bolas, apitos, cronômetros

- 02 goleiras específicas para a prática de futsal e handebol
- 02 redes de futsal
- 02 tabelas móveis e fixas para a prática do basquete
- 02 postes móveis para sua fixação
- 01 rede de voleibol

5.5.5 Piscina

A piscina, para o desenvolvimento de aulas práticas, será utilizada em colaboração com a Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB) do município de Miracema, conforme protocolo de intenções que segue no anexo IV deste projeto. Em caráter inicial, será possível a utilização em períodos do curso (férias) num prazo de 1 semana com um aluguel estimado de R\$ 1200, no primeiro semestre, e R\$ 1500,00 a partir do segundo semestre, totalizando 4 semestres, num valor de R\$ 5700,00.

O valor dos equipamentos necessários para o desenvolvimento das atividades é de aproximadamente **R\$ 15.000,00** (quinze mil reais). Segue abaixo a descrição unitária dos mesmos.

a) Equipamentos:

- 30 bastões
- 27 coletes
- 28 pares de halteres
- 29 pares de tornozeleras
- 18 pares de haltere grandes
- 30 pranchas corretivas
- 10 pranchas pequenas
- 60 espaguetes

5.5.6 Pista de Atletismo

Em caráter inicial, poderão ser disponibilizados espaços alternativos junto a instituições locais, conforme quadro constante no item 5.5.8.

A construção de uma pista de atletismo integrará o projeto futuramente, com extensão de 2.000 metros em parceria com a Prefeitura Municipal junto ao Estádio do Município.

O valor estimado dos equipamentos necessários à prática do atletismo é de **R\$ 18.000,00** (dezoito mil reais).

a) Equipamentos:

Organização de espaço para o arremesso de peso

- 04 raias
- 01 caixa de areia para o salto em distância
- 01 dardo e disco
- 7 bastões para o revezamento
- 14 bandeirinhas para a arbitragem de atletismo
- 27 bandeirinhas de aço
- 35 pesos
- 02 martelos
- 13 bolas medicinibol
- 17 barreiras
- 38 dardos
- 30 discos

5.5.7 Campo de futebol

O campo de futebol será utilizado mediante acordo de convênio entre o campus de Miracema e a Prefeitura do município, conforme documento em anexo.

Todavia, é possível utilizar espaços alternativos no início do Curso, como consta no item 5.5.8.

Os equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades envolvem um custo aproximado de **R\$ 9.000,00** (nove mil reais). Segue a descrição dos materiais:

a) Equipamentos:

- 02 goleiras
- 02 redes

Material didático necessário: bolas, apitos, jogo de camisetas e calções, bandeiras, etc.

5.5.8 Dos espaços físicos existentes na cidade e aproveitáveis mediante parcerias

O quadro abaixo aponta para as estruturas físicas existentes na cidade de Miracema e que poderiam ser utilizadas mediante parcerias com o poder público municipal e estadual local e instituições privadas conveniadas:

ESPAÇO FÍSICO	DEPENDÊNCIA ADMNISTRATIVA	CONDIÇÕES	
Ginásio de Esportes Irmã Beatriz	Governo do Estado/ Prefeitura Municipal	Ginásio coberto, com arquibancadas, banheiros	
Ginásio de Esportes Irapuan Costa Júnior	Governo do Estado/Colégio Tocantins	Ginásio coberto, com arquibancadas, banheiros	
Quadra de Esportes do Centro de Ensino Médio Dona Filomena Moreira de Paula	Governo do Estado/SEDUC	Quadra aberta sem cobertura	
Quadra de Esportes do Centro de Ensino Médio Santa Terezinha	Governo do Estado/SEDUC	Quadra coberta	
Quadra de Esportes da Escola Estadual Onesina Bandeira	Governo do Estado/SEDUC	Quadra aberta sem cobertura	
Quadra de Esportes da Escola Estadual Manoel Messias	Governo do Estado/SEDUC	Quadra aberta sem cobertura	
Quadra de Esportes da Escola Estadual José Damasceno Vasconcelos	Governo do Estado/SEDUC	Quadra aberta sem cobertura	
Quadra de Esportes da Praça Diogo Jardim	Governo Municipal	Quadra aberta sem cobertura localizada em praça pública	
Quadra de Esportes da AABB	AABB/Banco do Brasil	Quadra aberta, sem cobertura	
Estádio Castanherão	Governo do Estado/Governo Municipal	Estádio de Futebol, gramado, com vestiários, arquibancadas; é utilizado em jogos do campeonato estadual	
Piscina AABB	AABB/Banco do Brasil	Piscina de 12 metros de comprimento	
Academia Local	Estabelecimento Privado	Aparelhos para atividades de aeróbica e de musculação.	
Campo Gramado da AABB	AABB/Banco do Brasil	Campo localizado no espaço da AABB	

Ressalta-se que a AABB possui amplo espaço físico que permite a prática de outros esportes, inclusive a piscina de 12 metros de comprimento. Na cidade de Miracema existem ainda quatro academias de ginástica, com aparelhos para atividades de aeróbica e de musculação.

5.6 Instalações e Equipamentos Complementares

Os alunos do campus têm acesso a informática por meio do uso do laboratório

específico, que dispõe de vinte computadores conectados à internet. O campus disponibiliza ainda o acesso à rede de internet sem fio, tecnologia *wireless*, para o acesso de docentes e acadêmicos que dispõem de notebook.

5.7 Biblioteca

A Biblioteca do Campus Universitário de Miracema foi criada em 1992, juntamente com o início das atividades do Campus. Atualmente, Dispõe de um acervo bibliográfico de aproximadamente 12.880 títulos; 92 títulos de periódicos, perfazendo um total de 5.067 volumes; 734 monografias de graduação e pós-graduação, e 162 fitas de vídeo. Concentra grande parte do acervo na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Seu objetivo é reunir e organizar o material informacional para servir de apoio ao ensino, pesquisa e extensão. As obras estão ordenadas por assunto de acordo com a classificação numérica chamada Classificação Decimal de Melvil Dewey (CDD).

A Biblioteca está situada no primeiro andar do prédio, possui uma área de 141,19m² divida em sala de leitura (57,53m²), área de processo técnico da informação (28,52 m²), área do depósito com (7,14m²) e área de acervo (48,00 m²), a qual os alunos têm livre acesso.

A implantação do Curso de Licenciatura em Educação Física exigirá a aplicação anual de recursos para a formação do acerco básico do Curso e a aquisição de periódicos da Área de formação.

5.8 Área de Lazer e Circulação

No espaço físico do campus dispomos dos seguintes espaços de lazer e circulação: dentro do prédio temos amplos corredores no térreo e pavimento superior. Na parte externa, junto com o estacionamento existem vários espaços utilizados para conversas dos acadêmicos. Existe ainda um espaço físico que permite ampliação da estrutura física do campus, bem como seu uso para atividades de integração via esportes.

Além disso, o novo bloco de salas de aula, em processo de construção, permitirá a organização de um espaço de convivência para alunos, tendo em vista o fato de que sua construção está se efetivando de modo integrado ao bloco já existente, inaugurado no ano de 2009. Assim, a área de acesso entre os dois blocos de salas de aula permite a instalação de bancos, já dispõe de árvores, tornando o ambiente favorável ao lazer e integração dos acadêmicos.

5.9 Recursos Audiovisuais

As condições atuais em relação ao uso de equipamentos por professores e alunos, nas salas de aula e auditório do Campus Universitário de Miracema do Tocantins estão articuladas pelas experiências profissionais de cada docente e limitadas pelos equipamentos constantes no quadro a seguir:

Quadro de Recursos Audiovisuais disponíveis no Campus

ITEM	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO
01	3	Tv Em Cores
02	01	Video Cassete
03	08	Data-Show
04	10	Retroprojetor
05	01	Máquina Fotográfica Digital
06	01	Filmadora
07	01	Dvd
08	01	Aparelho de Som Micro-Sistem/Cd
09	01	Projetor de Slides
10	10	Tela Branca de Projeção
11	02	Flip Chart
12	02	Microfone C/ Fio
13	03	Microfone S/ Fio
14	02	Mesa/Comando de Som
15	13	Quadro Branco para Pincel
15	07	Notebook

5.10 Acessibilidade para Pessoas com Deficiência

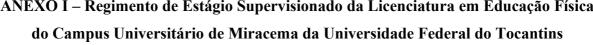
No momento, o acesso ao Campus de Miracema apresenta condições parcialmente adequadas à locomoção de pessoas com necessidades especiais, apresentando apenas rampas de acesso ao interior do pavilhão térreo do prédio e encontra-se em projeto junto à Gerência de Obras da UFT a adequação dos banheiros.

5.11 Sala de Direção do Campus e Coordenação de Curso

No campus universitário de Miracema, há uma sala preparada para o uso da direção, de 16,62m², devidamente equipada para atendimento à comunidade universitária, contando com o apoio de 01 (um) assistente administrativo e um estagiário que atua junto a assessoria de comunicação.

Com relação às salas de coordenação do cursos, o campus conta com 02 (duas) salas destinadas às coordenações dos cursos: Pedagogia, instalada num espaço de 23,00m² e Serviço Social, localizada numa sala de 22,56 m², ambas equipadas com mobiliários e equipamentos, contando com o apoio de 01 (um) assistente administrativo, cada. Os cursos da modalidade PARFOR contam com uma sala, equipada com mobiliários e equipamentos a fim

de que possam ser atendidos docentes, discentes e comunidade Regimento do Curso pode ser observado no Anexo V deste projeto.	acadêmica	em geral.	О
ANEXO I – Regimento de Estágio Supervisionado da Licenciato	ura em Edu	cação Físi	ca





FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Regimento de Estágio Supervisionado Obrigatório e não obrigatório em Educação Física

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Este documento visa normatizar a organização e o funcionamento do Estágio Curricular Obrigatório e não obrigatório para integralização do Curso de Educação Física, modalidade Licenciatura, da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema. O Estágio Curricular Obrigatório da Licenciatura em Educação Física é normatizado conforme o Parecer CNE/CES Nº 142/2007, a Resolução CNE/CES Nº 7/2004 e a Resolução 003/2005, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da Universidade Federal do Tocantins.

CAPÍTULO II

Do Conceito e dos Objetivos

Art. 2º - O Estágio Supervisionado do Curso de Educação Física, modalidade Licenciatura, constitui-se pelo conjunto de atividades teórico-práticas relacionadas com a área de estudo e pesquisa capaz de construir e reconstruir experiências em torno da dinâmica própria da atividade educacional.

Parágrafo único - Constitui-se num momento de articulação entre as teorias e práticas abordadas durante os cursos de graduação.

- **Art. 3º -** O objetivo geral do Estágio Supervisionado Obrigatório é oportunizar o contato do aluno com questões inerentes ao processo pedagógico, por intermédio do conhecer, interpretar e agir consciente, do desenvolvimento da capacidade científica do estagiário e da prática pedagógica problematizada, teorizada e transformada a partir das intervenções como estagiário.
 - Art. 4º Os objetivos específicos do Estágio Supervisionado Obrigatório são:
- I Promover situações de observação ao licenciado e reflexão sobre a prática pedagógica para compreender e atuar em situações contextualizadas;
- II Criar situações de aprendizagem para a construção de competências nas relações humanas e ensino (saber fazer) a partir do envolvimento direto com a prática e do estudo paralelo dos referenciais teórico-metodológicos que norteiam a prática educativa;
- III Possibilitar ao licenciado sua intervenção na prática, reorganizando as atividades pedagógicas, a partir da problematização, tematização e reelaboração de seus conhecimentos; IV Habilitar o aluno a relacionar teoria e prática, problematizando, analisando e teorizando-a para desenvolver o campo teórico-investigativo da educação.

CAPÍTULO III

Dos Espaços de Estágio

Art. 5º - Constituem espaços de Estágio Supervisionado Obrigatório (unidades concedentes) as instituições de educação básica da rede pública e particular de ensino. O Estágio não obrigatório poderá ocorrer em organizações governamentais e não governamentais cujas ações tenham propósitos educacionais.

Parágrafo único - No mínimo, 70% (setenta por cento) da carga horária total do Estágio Obrigatório deverá ser realizada em escolas de educação básica mantidas pela iniciativa pública, de ordem municipal, estadual ou federal.

Art. 6° - O Estágio Supervisionado Obrigatório deverá acontecer em instituições de educação básica e/ou organizações localizadas no município onde o curso de licenciatura estiver sediado.

Parágrafo único - Excepcionalmente, a unidade escolar concedente poderá estar fora da sede, desde que aprovado pelo Colegiado do curso e/ou Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação Física na modalidade PARFOR.

CAPÍTULO IV

Das Atividades e da Avaliação do Estágio Obrigatório

Art. 7º - O Estágio Supervisionado Obrigatório contempla as seguintes atividades: observação, análise e avaliação do processo pedagógico nas escolas; leitura, planejamento, desenvolvimento de projetos, oficinas e/ou mini-cursos; seleção e/ou elaboração de material didático; docência; e elaboração de Relatório Final.

Parágrafo único - O estagiário deverá cumprir, no mínimo, 20% (vinte por cento) da carga horária total prevista no Art. 11 deste Regimento, em aulas efetivamente ministradas.

- **Art. 8º** A freqüência do estagiário deverá ser de 100% (cem por cento) nas atividades realizadas na Unidade Concedente, e de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) nas atividades realizadas na Universidade.
 - **Art. 9º** A avaliação do Estágio Supervisionado Obrigatório será realizada:
 - I pelo professor de estágio da Universidade e
 - II pelo supervisor de estágio na Unidade Concedente.
- **Art. 10 -** A avaliação do trabalho desenvolvido pelos estagiários será contínua e dinâmica, considerando-se as seguintes ações:
- I elaboração do plano estágio antes da execução na Unidade Concedente, sob orientação do professor de Estágio,
- II participação nos encontros de orientação e cumprimento das atividades planejadas no plano de Estágio Supervisionado Obrigatório;
- III assiduidade e pontualmente, na fase de regência de classe, em todas as aulas que lhe forem designadas, respeitando o horário determinado na Unidade Concedente;
- IV registro e documentação das atividades realizadas no campo de estágio, de acordo com o plano de ensino da disciplina;
- V redigir e encaminhar os Relatórios de Estágio ao professor de Estágio em número de vias definido pelo plano de ensino da disciplina;
- VI apresentar-se nas atividades de socialização;
- VII respeitar as normas da Unidade Concedente, mantendo postura ética;
- VIII cumprir as normas do presente regulamento.

CAPÍTULO V

Da Operacionalização do Estágio Obrigatório

Art. 11 - O Estágio Curricular Obrigatório da Licenciatura em Educação Física terá carga horária mínima de 400 (quatrocentas) horas (Parecer CNE/CP 2/2002) e deverá começar a partir do início da segunda metade do curso.

Parágrafo Único - A carga horária total está dividida em Projeto de Estágio (com carga horária de noventa horas), Estágio em Educação Física na Educação Infantil (com carga horária de noventa

horas), Estágio em Educação Física no Ensino Fundamental (com carga horária de cento e vinte horas) e Estágio em Educação Física no Ensino Médio (com carga horária de cento e vinte horas), perfazendo um total de quatrocentas e vinte horas de estágio.

Art. 12 - O estagiário que exerça e comprove exercício de atividade docente regular em sua área de formação e/ou área afim, poderá requerer a redução de até o máximo de 150 (cento e cinquenta) horas da carga horária total mínima a ser cumprida no Estágio Supervisionado (Resolução CNE/CP 02/2002).

Parágrafo único - A regulamentação dos critérios para redução dessa carga horária será feita com base na Normativa CONSEPE Nº 003/2005.

- **Art. 13 -** Para requerer a redução da carga horária do Estágio Supervisionado, o discente deverá encaminhar, mediante protocolo geral do Campus, a seguinte documentação comprobatória:
 - I. requerimento solicitando a redução da carga horária de acordo com a sua experiência docente Ensino Fundamental ou Médio;
 - II. comprovação oficial de tempo mínimo de serviço exigido na Resolução 003/2008 com a apresentação dos seguintes documentos:
 - a) Declaração de exercício de docência na Educação Infantil, Creche e/ou Pré-escola, para redução de carga horária no Estágio em Educação Física na Educação Infantil, assinada pela instituição educacional onde ministrou aulas;
 - b) Declaração de exercício de docência no Ensino Fundamental para redução de carga horária no Estágio em Educação Física no Ensino Fundamental, assinada pela direção da escola onde ministrou aulas;
 - c) Declaração de exercício de docência no Ensino Médio para redução de carga horária no Estágio em Educação Física no Ensino Médio, assinada pela direção da escola onde ministrou aulas;
 - d) Planos de Ensino assinados pela direção da escola onde ministrou as aulas, segundo as fases da Educação básica na qual se requer a redução de carga horária de Estágio Supervisionado.
 - e) Cópia parcial do Diário Oficial na qual aparece a nomeação para ministração de aulas:
 - f) Cópia do Demonstrativo do último pagamento recebido pelo requerente;
 - g) Cópia Parcial de Diários de Classes das séries em que o requerente ministrou aulas, assinada pela direção da escola.

Obs: Os casos omissos nessa regulamentação serão resolvidos pelo Colegiado do Curso e/ou Coordenação do Curso de Educação Física na Modalidade PARFOR.

- **Art. 14 -** Caberá ao Colegiado do Curso de Educação Física e/ou ao Coordenador desse curso na modalidade PARFOR homologar as atividades do Estágio Supervisionado, a partir do parecer do(s) professor(es) de estágio.
- **Art. 15** O Estágio Supervisionado será formalizado por intermédio do Termo de Convênio, Termo de Compromisso e Seguro contra Acidentes Pessoais, de acordo com o Decreto 87.497/82 que regulamenta a Lei 6.494/77 e dispõe sobre os estágios. O estágio terá início após a assinatura do Termo de Convênio e de Compromisso.

Parágrafo único - Para efeito da consolidação da proposta de Estágio Supervisionado junto às Unidades Concedentes, deverão ser observadas as exigências específicas das respectivas instituições.

CAPÍTULO VI

Da Administração e Supervisão do Estágio

- **Art. 16 -** O Estágio Supervisionado será desenvolvido sob a coordenação, orientação, supervisão e avaliação dos seguintes profissionais:
- I Coordenador de Estágio docente responsável pela coordenação, administração e supervisão de forma global dos estágios das licenciaturas, por campus, vinculado ao Setor de Assistência Técnica ao Ensino da Pró-Reitoria de Graduação.
- II Professor de Estágio docente responsável pela disciplina de Estágio Supervisionado, na área da docência e pelo planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação do estágio e do estagiário.
- III Supervisor de Estágio profissional na área da docência indicado pela Unidade Concedente do Estágio, que acompanhará, orientará e supervisionará o estagiário no desenvolvimento de suas atividades de estágio na Unidade Concedente.

Parágrafo único: Nos campi onde haja mais de uma licenciatura, a Coordenação de Estágio será exercida por um único profissional.

Art. 17 - O Coordenador de Estágio das Licenciaturas será eleito, pelos professores de estágio, dentre os professores da(s) licenciatura(s) do respectivo campus, por um período de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período.

Parágrafo Único - O Coordenador de Estágio das Licenciaturas poderá ser substituído por sugestão da maioria dos professores de estágio, ou por solicitação própria, antes do período definido no caput deste artigo.

- **Art. 18 -** A alocação da carga horária para o Professor de Estágio terá como referência a seguinte orientação:
- a) o número de horas/aula semanais do professor para os períodos em que o aluno não estiver em exercício de regência e/ou demais atividades de ensino, corresponderá ao número de horas/aula semanais da respectiva disciplina de Estágio. Nesses períodos, os alunos, no limite permitido para a disciplina, deverão ser mantidos em uma única turma;
- b) o número de horas/aula semanais do professor para os períodos em que o aluno estiver em exercício de regência e/ou demais atividades de ensino, corresponderá ao número de horas/aula semanais da respectiva disciplina de Estágio. Nesses períodos, as turmas poderão ser divididas em até 22 (vinte e dois) alunos por turma.
- **Art. 19 -** Caberá ao Coordenador de Estágio das Licenciaturas, no âmbito do Estágio Curricular Obrigatório:
- I articular e coordenar o intercâmbio entre entidades e escolas de educação básica para ampliação de campos e oportunidades para o desenvolvimento de projetos integrados de Estágio Curricular Obrigatório das Licenciaturas;
- II coordenar e supervisionar, de forma global, a execução do Estágio Curricular Obrigatório, intermediando o contato entre as Unidades Concedentes, o curso, o campus e as demais instâncias da Universidade;
- III organizar reuniões periódicas com os professores de estágio para avaliação das atividades e socialização das experiências;
- IV emitir parecer a partir da análise do relatório de campo de estágio dos professores de estágio e encaminhá-lo ao Colegiado de Curso e à PROGRAD.
- V cumprir as normas do presente regulamento.

Art. 20 - Compete ao Professor de Estágio:

I - elaborar e executar o Plano de Ensino-Aprendizagem de sua área ou habilitação;

- II orientar os estagiários, acompanhar e supervisionar a elaboração e execução de seus projetos de estágio;
- III avaliar o desempenho do estagiário em todas as etapas do estágio mediante instrumentos e critérios pré-estabelecidos pelo plano de ensino da disciplina;
- IV coordenar e organizar todas as etapas de socialização, cujo formato e diretrizes

deverão ser estabelecidas no plano de ensino da disciplina consoante com o PPC de cada curso;

- V participar como membro da banca examinadora, quando houver apresentação de trabalho de conclusão de estágio;
- VI participar das reuniões periódicas propostas pelo Coordenador de Estágio;
- VII emitir Relatório de Campo do Estágio ao final de cada período letivo e encaminha-lo ao Coordenador de Estágio;
- VIII divulgar o conteúdo deste regulamento aos estagiários;
- IX cumprir as normas do presente regulamento.

Art. 21 - Compete ao Supervisor de Estágio:

- I acompanhar e orientar as atividades dos estagiários na Unidade Concedente;
- II avaliar o desempenho do estagiário na Unidade Concedente;
- III contatar o professor de estágio para solucionar possíveis dificuldades do estagiário.

Art. 22 - Compete ao estagiário:

- I comparecer e participar de encontros de orientação e cumprir todas as atividades previamente planejadas no respectivo plano e/ou projeto de Estágio Curricular Obrigatório;
- II elaborar, com a orientação do professor de estágio, o plano e ou projeto de estágio e apresenta-lo para sua aprovação antes da execução na Unidade Concedente;
- III ministrar, pontualmente, na fase de regência de classe, todas as aulas que lhe forem designadas, respeitando o horário determinado na Unidade Concedente;
- IV registrar e documentar as atividades realizadas no campo de estágio, de acordo com o plano de ensino da disciplina;
- V redigir os relatórios e encaminhar ao professor de estágio o número de vias definido pelo plano de ensino da disciplina;
- VI apresentar-se nas atividades de socialização;
- VII respeitar as normas da Unidade Concedente, mantendo postura ética;
- VIII cumprir as normas do presente regulamento.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Gerais

- **Art. 23 -** O Estágio Supervisionado, exposto neste regulamento, corresponde ao Estágio Curricular Supervisionado, constante das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica.
- **Art. 24** Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Miracema do Tocantins, 01 de abril de 2010.

ANEXO II – Regimento para Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Licenciatura em Educação Física do Campus de Miracema da Universidade Federal do Tocantins



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

REGIMENTO PARA ELABORAÇÃO E DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Este documento visa normatizar a elaboração e a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Licenciatura Plena em Educação Física do Campus Universitário de Miracema, da Universidade Federal do Tocantins.

CAPÍTULO II DO CONCEITO E DOS OBJETIVOS

- **Art. 2º** O TCC constitui-se em uma monografía que consiste em um texto dissertativo resultado de uma pesquisa individual orientada, tendo por objeto de estudo um tema desenvolvido nas disciplinas pedagógicas e afins integrantes dos três núcleos da estrutura curricular, de acordo com as linhas de Pesquisa do Curso e deve ser defendida perante banca examinadora.
- **Art. 3º** A monografia objetiva propiciar aos alunos do Curso de Licenciatura em Educação Física a oportunidade de demonstrar o aprofundamento temático, a produção científica, a pesquisa em bibliografia especializada e a capacidade de interpretação e crítica da área.
- **Art. 4º** Estas normas regulam as atividades inerentes aos componentes curriculares Projeto de TCC e TCC constantes da estrutura curricular do Curso.

CAPÍTULO III DOS ALUNOS HABILITADOS PARA REALIZAÇÃO DA MONOGRAFIA

- **Art.** 5º Será considerado habilitado para realização da monografia o aluno que tiver integralizado, no mínimo 50% dos créditos da Estrutura Curricular do Curso de Licenciatura em Educação Física.
- $Art. 6^{o}$ O (a) aluno (a) habilitado para a realização da monografía deverá ter cursado a disciplina de Projeto de TCC.
- I -Cumprir o calendário divulgado pela Coordenação de Curso e apresentar o Projeto de Monografía ao professor orientador e desenvolver o plano de trabalho construído juntamente com o orientador para o processo de orientação;
- II- Realizar encontros para orientação, pelo menos uma vez, a cada quinze dias, em horário e data previamente acordada:
- III- apresentar ao professor orientador a ficha de acompanhamento das atividades de monografia, cumprindo as atividades nela designadas;
- IV- Elaborar a versão final de sua monografia, de acordo com o manual de normalização de trabalhos acadêmicos e com o presente Regulamento;
- V- Entregar à Coordenação do Curso, dentro de prazo fixado no calendário, a versão final da monografia para defesa, em 3 vias, com a concordância do orientador;
 - VI Comparecer no dia, hora e local determinado para apresentar e defender a versão final da

monografia;

VII – Após a defesa e aprovação o aluno deve apresentar uma cópia impressa, encadernada em capa dura, e eletrônica (cd-rom) para a Biblioteca do Campus, com as devidas correções do trabalho monográfico.

CAPÍTULO IV ETAPAS PARA ELABORAÇÃO DA MONOGRAFIA

Art. 7º – O projeto de monografía deverá conter a seguinte estrutura:

I – tema;

II – problema;

III – objetivos;

IV – justificativa;

V – fundamentação teórica;

VI – metodologia;

VII – cronograma;

VIII – referencial bibliográfico.

- **Art. 80** A elaboração da monografia final de conclusão de curso compreende as seguintes etapas, de acordo com os prazos fixados no calendário:
- I elaboração e cumprimento, juntamente com o orientador, do Plano de orientação do trabalho monográfico;
 - II defesa da monografia perante banca examinadora.

CAPÍTULO V

DOS PROFESSORES ORIENTADORES

Art. 9° – A monografía final deverá ser desenvolvida sob o acompanhamento de um professor orientador integrante do corpo docente da universidade.

Parágrafo Único: A cada professor caberá o número máximo de 06 (seis) orientandos e cada orientação corresponde a um crédito por aluno/semestre.

- **Art. 10** Poderá o aluno, ao matricular-se na disciplina de Projeto de TCC, sugerir o nome de um professor para realizar a orientação, cuja designação dependerá da aceitação deste e existência de vaga.
- **Art. 11** A definição de orientação será feita a partir de proposta da Coordenação do Curso, considerando as temáticas e linhas de pesquisas e analisada em reunião do Colegiado.
- **Art. 12** A substituição de professor orientador somente será deferida pela Coordenação do Curso, mediante análise das justificativas formais apresentadas, pelo professor ou pelo aluno;
- **Art. 13** A responsabilidade pela elaboração da monografía cabe integralmente ao orientando, o que não exime o professor orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas neste Regulamento e no Regimento Geral da Universidade, as atribuições decorrentes de sua atividade de orientação.

CAPÍTULO VI DA BANCA EXAMINADORA

- **Art. 14** O professor orientador deverá encaminhar à Coordenação de Curso, com 10 dias de antecedência da data da defesa, a composição das bancas examinadoras, a fim de que sejam distribuídas em tempo hábil as cópias da monografía.
- **Art. 15** A versão final da monografia será defendida pelo aluno perante a banca examinadora composta pelo professor orientador, que a preside, e por outros dois membros por ele convidados.

Parágrafo Único: Poderá integrar a banca examinadora um membro escolhido entre professores da UFT ou professores de outras instituições, com titulação mínima de especialista, mediante análise de currículo pela Coordenação do Curso.

Art. 16 – A Coordenação do Curso, com a anuência dos professores elabora e divulga o cronograma de defesa de monografias.

Parágrafo Único: O período destinado à defesa de monografía não deverá ultrapassar o prazo máximo previsto pelo Calendário Acadêmico.

Art. 17 – A defesa A defesa da monografía será realizada pelo aluno em sessão pública no tempo máximo de 20 minutos.

- **Art. 18** Cada um dos integrantes da banca examinadora terá 10 minutos para arguir o aluno acerca do conteúdo da monografia, dispondo o discente do mesmo prazo de indagação para apresentação das respostas.
- **Art.** 19 A atribuição dos resultados dar-se-á após o encerramento da arguição, em sessão secreta, levando-se em consideração o texto escrito e a defesa da monografía.
- § 1º A nota final do aluno será definida pelo resultado da média das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora.
- § 2º Será considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a sete.
- **Art. 20** A avaliação final, assinada por todos os membros da banca examinadora, será registrada em ata, e encaminhada à Secretaria Acadêmica.
- **Art. 21** Será atribuído conceito 0 (zero) à monografia, caso se verifique a existência de fraude ou plágio pelo orientando, sem prejuízo de outras penalidades previstas no Regimento Geral da Universidade.
- **Art. 22** O aluno que não se apresentar para a defesa oral, sem motivo justificado, ou, ainda obtiver nota inferior a 7 (sete) na defesa, estará reprovado na Monografia ou disciplina correspondente.
- **Art. 23** No caso de reprovação, desde que não ultrapassado o prazo máximo para a conclusão do curso, poderá o aluno apresentar nova monografía para defesa perante banca examinadora, respeitados os requisitos previstos neste Regulamento.
- **Art. 24** Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Educação Física e/ou Coordenação do Curso de Educação Física na modalidade PARFOR.
 - Art. 25 Estas normas entram em vigor a partir desta data.

Miracema do Tocantins, 01 de abril de 2010.